



**Programa REM MT
Subprograma Territórios Indígenas**

Relatório da 7ª Reunião de Governança Indígena

Cuiabá, 27 a 29 de julho de 2022

Moderação e Registro

Jill Voekel

Antonio Paulo Reginato

Fernando Siniscalchi



LISTA DA TABELAS

Tabela 1: Programação da 7a reunião de governança	6
Tabela 2: Membros da Governança que receberam a moeda simbólica	11
Tabela 3: Destaque da Leitura do Regimento Interno	28

LISTA DA FIGURAS

Figura 1: Painel gráfico visualizando destaques das sessões de manhã do primeiro dia da reunião de governança.	20
Figura 2: Painel gráfico visualizando destaques das sessões de tarde do primeiro dia da Reunião de Governança.	25
Figura 3: Painel gráfico visualizando destaques das sessões do segundo dia da reunião de governança.	39
Figura 4: Painel gráfico visualizando destaques das sessões sobre as chamadas de projetos, o monitoramento participativo e a revisão de encaminhamentos no 3o dia da Reunião de Governança.	45
Figura 5: Painel gráfico visualizando destaques das sessões sobre a agenda de atividades, o projeto FEPOIMT fase 2 e o encerramento da Reunião de Governança.....	53

ANEXOS

Anexo 1: Programação

Anexo 2: Lista de Presença

Anexo 3: Apresentação ICV Avanços Projetos Emergenciais

Anexo 4: Apresentação Instituto Raoni Projetos Emergenciais

Anexo 5: Apresentação ATIX Projetos Emergenciais

Anexo 6: Lista de Atividades Previstas com 1ª parcela ATIX

Anexo 7: Apresentação TNC Projetos Emergenciais

Anexo 8: Apresentação FUNBIO Encerramento Projetos Emergenciais

Anexo 9: Apresentação FUNBIO Resultados Chamada de Projetos

Anexo 10: Regimento Interno com destaques

Anexo 11: Apresentação Monitoramento Participativo

Anexo 12: Apresentação Estratégia PCI

Anexo 13: Plano de Ações 2022/2023 ATIX (*Excel*)

Anexo 14: Apresentação Seminário Gestão Territorial e Ambiental

Anexo 15: Apresentação Brigadas Indígenas

Anexo 16: Ata 6ª Reunião de Governança

Sumário

1. Introdução	5
2. Objetivos, Planejamento, Programação e Participantes	5
2.1. Objetivos	5
2.2. Planejamento e Programação	6
2.3. Participantes, metodologia e acordos	7
3. Atividades	8
3.1. Primeiro dia	8
Abertura – Ritual Místico e Abertura Oficial	8
Programação: Resultados esperados, responsabilidades e sugestões	10
Ato de posse dos novos membros	10
Informes: Reunião das Mulheres	12
Informes da FEPOIMT	15
Informes: Missão de Monitoramento do KfW	17
Avanços dos Projetos Emergenciais – Aglutinadoras	20
Aditivos e previsão de finalização dos Projetos Emergenciais	23
Encerramento e Encaminhamentos do dia	25
3.2. Segundo dia	26
Assuntos Administrativos e Prestação de Contas da 6ª Reunião de Governança	26
Leitura e proposta de revisão do Regimento Interno	27
Implementação das Brigadas Indígenas	30
Apresentação da Estratégia do PCI	33
TNC Apresentação	37
3.3. Terceiro dia	41
Aprovação das Chamadas de Projetos 001 e 002 e próximos passos	41
Monitoramento Participativo	43
Projeto FEPOIMT Fase 2	45
Planejamento (Agenda) das Ações 2022/2023	47
Leitura de Ata 6ª Reunião de Governança e aprovação	49
Revisão dos Encaminhamentos e sugestões	49
Encerramento	52

1. Introdução

Durante o período do 27 a 29 de julho 2022, ocorreu a 7ª Reunião da Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas (TI) do Programa REDD for Early Movers (REM) Mato Grosso. O Programa REM MT é um instrumento financeiro de pagamento por resultado, significando que o instrumento disponibiliza recursos sobre redução das emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento no estado de Mato Grosso. O instrumento é um acordo entre o Governo do estado de Mato Grosso e o Governo Alemão, através do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), e o Governo inglês, por meio do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS) e é financiado por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW). Dentro do Programa REM, o Subprograma Territórios Indígenas visa apoiar atividades para fortalecer as capacidades dos Povos Indígenas nas 7 regionais do estado Mato Grosso: Cerrado Pantanal, Médio Araguaia, Vale do Guaporé, Xingu, Xavante, Noroeste e Kaiapó Norte. A Comissão de Governança do Subprograma TI é uma instância do Subprograma TI que se reúne periodicamente desde 2019 para deliberar sobre questões em relação ao Subprograma TI REM MT. A 6ª Reunião da Comissão de Governança aconteceu no final do ano 2021, no período de 14 a 16 de dezembro, presencialmente, com o principal objetivo de realizar uma avaliação das ações executadas pelo Subprograma TI REM MT para apoiar o planejamento para o ano 2022. A 7ª Reunião da Comissão de Governança teve como objetivo discutir sobre o uso de recurso disponibilizado para os projetos socioambientais indígenas aprovados na última chamada de projetos e refletir sobre as ações executadas para planejar ações para o resto do ano 2022 e o começo do ano 2023. Para garantir a maior segurança durante a reunião, os participantes precisavam fazer um teste de Covid-19 um dia antes da participação no evento. Além disso era obrigatório o uso de máscara.

Este relatório visa gerar uma visão geral sobre os objetivos, a programação, as participantes e atividades da 7ª Reunião da Comissão de Governança e relata em mais detalhe sobre as discussões e encaminhamentos das atividades realizadas durante os três (3) dias de encontro.

2. Objetivos, Planejamento, Programação e Participantes

2.1. Objetivos

Os objetivos da 7ª reunião de governança foram definidos durante o processo de planejamento. O principal objetivo da reunião foi a discussão conjunta sobre o uso do recurso disponibilizado pelo

programa REM MT para os projetos socioambientais indígenas, dentro do escopo do subprograma Territórios Indígenas e aprovados na última chamada de projetos.

Os objetivos específicos foram:

- Realizar o Ato de Posse dos Novos Membros da Governança
- Apresentar o andamento das atividades do Subprograma e avaliar os resultados alcançados
 - ✓ Informar e refletir sobre o Encontro de Mulheres Indígenas;
 - ✓ Informar e refletir sobre a FEPOIMT Fase 1 e 2;
 - ✓ Informar e refletir sobre a Missão de Monitoramento com KfW;
 - ✓ Informar e refletir sobre a implementação das Brigadas Indígenas;
- Apresentar o resultado das Chamadas de Projeto 001 e 002
- Discutir e refletir sobre o Regimento Interno da Governança do Subprograma Territórios Indígenas
- Apresentar a estratégia PCI e do Monitoramento Participativo
- Colocar em análise a Ata da 6ª Reunião de Governança
- Realizar o planejamento das ações 2022/2023

2.2. Planejamento e Programação

A organização da 7ª reunião de governança, incluindo as atividades planejadas e realizadas e o apoio logístico foi feita pela Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM MT. A Consultoria Internacional (GOPA) apoiou o planejamento e a elaboração da metodologia. Foram realizadas reuniões com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) para contratação de Consultoria de facilitação gráfica e moderação da oficina, e uma reunião preparatória com a FEPOIMT para definição de pauta e metodologia pertinente para os assuntos definidos.

Além da definição dos objetivos gerais e específicos, durante o planejamento, foram definidas algumas pautas principais. Em cima destas pautas principais foi criada a programação do evento (Anexo 1). Durante o evento a programação foi ajustada de acordo com as exigências e prioridades que surgiram durante os 3 (três) dias da reunião (Tabela 1).

Tabela 1: Programação da 7ª reunião de governança

Horário	27/07	28/07	29/07
8h00 – 12h00	Abertura: Ritual Místico e Abertura Oficial	Resumo do dia anterior	Aprovação das Chamadas de Projetos

	Programação: Resultados esperados, Responsabilidades, Sugestões Ato de Posse dos novos membros Informes: <ul style="list-style-type: none"> • Reunião das Mulheres • FEPOIMT • Missão de Monitoramento do KfW 	Assuntos Administrativos e Prestação de Contas da 6ª Reunião de Governança Leitura e proposta de revisão do Regimento Interno Implementação das Brigadas Indígenas	001 e 002 e próximos passos FUNBIO Monitoramento Participativo GOPA Projeto FEPOIMT Fase 2 ICV
12h00	Almoço	Almoço	Almoço
14h00-17h00	Avanços dos Projetos Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 - Aglutinadoras (ATIX, ICV, Raoni) Aditivos e previsão de finalização dos Projetos Emergenciais FUNBIO Encerramento	Apresentação da Estratégia do PCI Avanços dos Projetos Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 Aglutinadora TNC Encerramento	Planejamento Agenda de Ações 2022/2023 Leitura da Ata 6ª Reunião de Governança e aprovação Revisão dos Encaminhamentos e próximos passos Encerramento

2.3. Participantes, metodologia e acordos

A 7ª reunião de governança contou com a presença de um total de 45 (quarenta e cinco) participantes durante os 3 (três) dias da reunião. Os seguintes representantes da governança estiveram presentes:

- Representantes indígenas da governança, sendo lideranças titulares e suplentes das 7 (sete) regionais, representes da TAKINA, e da FEPOIMT
- Representantes da governança de instituições de governo, representantes da Coordenação do Programa REM MT, da Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas REM MT, da Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Os demais representantes da governança eram do FUNBIO, da Consultoria Internacional (GOPA), e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Além disso estiveram presentes como convidados:

- Representantes das Aglutinadoras dos Projetos do Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid-19, sendo representantes do Instituto Centro de Vida (ICV); representantes do Instituto Raoni; representantes da Associação do Território Indígena do Xingu – ATIX; representantes da The Nature Conservancy – TNC
- Representante do Instituto Kuradomôdo
- Representantes da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
- Representantes da diretoria da FEPOIMT
- Representante da MPA (Moderação)

Adicionalmente, participaram:

- Assessores da Comunicação e técnica administrativa do Programa REM MT

Todos os nomes dos participantes podem ser encontrados na lista de presença no Anexo 2.

As atividades e apresentações programadas durante os 3 dias da Reunião de Governança seguiram metodologias diferentes, dependendo da sessão. A metodologia seguida será descrita na elaboração da sessão no capítulo 4 deste relatório.

3. Atividades

3.1. Primeiro dia

Abertura – Ritual Místico e Abertura Oficial

A 7ª Reunião de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas começou no dia 27 de junho, as 8.30h da manhã. Antonio Paulo Reginato, responsável pela moderação da reunião, convidou todos e todas para tomarem seus lugares e deu boas-vindas aos convidados e participantes da 7ª Reunião de Governança Indígena. Depois ele se apresentou e convidou Lucio Wa Ame Terona e Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa da Federação de Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) e membros da governança indígena, para apresentarem um ritual místico, para energizar o evento. Lucio convidou os participantes da reunião para participar em um ritual do Povo Xavante.

O ritual indígena, que segundo o antropólogo Renato Sztutman, “É uma celebração das diferenças! Em primeiro lugar, das diferenças entre os seres que habitam o cosmos. Os humanos sabem que muito do que possuem – aquilo que chamamos de cultura – não foi meramente “inventado” por eles mesmos, mas sim tomado, no tempo do mito, de outras espécies, e mesmo de inimigos há muito não

vistos. Os rituais indígenas são, além disso, uma celebração das diferenças entre os próprios seres humanos, diferenças sem as quais não haveria nem troca nem cooperação”.

O ritual foi seguido por uma abertura oficial da 7ª Reunião de Governança, com as falas do Crisanto Rudzö Tseremey'wa, Presidente da FEPOIMT, Fernando Sampaio, Coordenador Adjunto do Programa REM MT e Diretor da estratégia Produzir, Conservar, Incluir (PCI) e Marcos Ferreira, o Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT.

A fala inicial foi de Fernando Sampaio, que se apresentou e deu boas-vindas para todos os participantes, agradecendo a sua presença e reforçando a importância desta reunião como um passo importante para o subprograma, para a FEPOIMT e para todos envolvidos na implementação do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT. Comentou sobre a Missão de Monitoramento do KfW, (os doadores), acontecida em junho. A Missão de Monitoramento é uma avaliação que ocorre anualmente pelos doadores, para entender o que foi feito e quais avanços foram conseguidos. Nesta Missão também se pensou sobre a segunda fase do programa. Falou que mesmo com as dificuldades que a pandemia trouxe, os doadores estão bem felizes com os resultados do subprograma até agora e que o governo alemão já tem guardado recurso para uma segunda fase. Ele continuou destacando que o programa vai continuar, e que isso também significa que o subprograma e a governança estão funcionando. Concluiu agradecendo a equipe de apoio do programa REM por terem ajudado a fazer esta 7ª reunião de governança acontecer.

Crisanto Rudzö, agradeceu a Deus e todos os envolvidos no programa REM, seja a FEPOIMT, SEMA, a GIZ e o KfW. Comentou a fala do Fernando, dizendo que ele está muito feliz sobre as notícias do Fernando. Ele acredita que isto significa um grande avanço – o Programa REM está dando um exemplo, sendo um objeto de pesquisa. Destacou que os povos indígenas tiveram muitas perdas por conta da pandemia, mas que eles estão retornando, voltando a dialogar. Falou que isso é o mais importante, que diálogos virtuais serviram para alinhamentos, mas, na sua opinião pessoal, não serviram para tomar decisões. Reforçou que agora estão chegando novas pessoas na governança e que também tem avanços, como a aglutinação de duas organizações indígenas. Isto permite eles a colocar a sua forma de ser, a sua diversidade e destacou a importância da autonomia, da liberdade de escolha, de uma forma consciente. Finalizou dizendo que o que está acontecendo no Brasil é um abuso contra a democracia, mas que é possível juntar todas as partes para estabelecer uma nova forma brasileira em que não todos tem que ser da mesma forma.

O Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas REM MT, Marcos Ferreira, fechou a abertura da 7ª Reunião de Governança, com a sua fala. Começou expressando a sua alegria de estar nesta 7ª reunião de governança com todos os participantes presentes. Destacou que a governança é uma estrutura muito representativa e que ela tem a função de verificar o que está sendo feito. Reforçou que o destaque agora serão os projetos na demanda dos povos e agradeceu todos os membros da governança e apoiadores e deu as suas boas-vindas para todos os participantes.

Programação: Resultados esperados, responsabilidades e sugestões

As falas da abertura foram seguidas de uma rodada de apresentação dos participantes e a leitura da programação. Cada participante fez uma apresentação sua rápida, falando o seu nome, a sua instituição, o seu povo (nos casos aplicáveis) e a sua região. Todos os participantes dos três dias, a sua instituição/o seu povo e a sua região podem ser encontrados na lista de presença de cada dia no Anexo 2.

Depois da apresentação dos participantes, o moderador apresentou a Coordenação da 7ª Reunião de Governança, sendo Marcos Ferreira, Coordenador do Subprograma TI REM MT, e Magaly Medeiros da Consultoria Internacional GOPA. Também foram apresentadas as responsabilidades da facilitação gráfica, feita pelo Fernando Siniscalchi, da logística, feita pela Josana Guedes, da relatoria, feita pela Jill Voelkel, da GIZ e da moderação feita pelo Antônio Paulo Reginato.

A seguir foi explicada a estrutura e funcionamento da 7ª Reunião, iniciando pelos horários de cada dia, com as reuniões acontecendo entre 8 horas da manhã e 17 horas, com dois intervalos curtos de 15 minutos, um de manhã e um à tarde, resultados esperados e apresentação dos assuntos desta oficina (Programação Quadro 1).

Também foi apresentado o pacto de convivência, e o moderador Reginato, enfatizou que dentro da pasta dos participantes está localizado uma cópia da ata da reunião anterior e que seria importante que todos a lessem antes do último dia, quando vai ser colocada em aprovação.

Ato de posse dos novos membros

Marcos Ferreira foi convidado para conduzir o ato de posse dos novos membros da Governança Indígena. Ele chamou os representantes da governança Crisanto Rudzö, presidente da FEPOIMT, Fernando Sampaio, Coordenador Suplente do Programa REM, e Dilma Maria Mani, representante suplente da TAKINA para serem as 3 primeiras pessoas a receberem a moeda da Governança. Marcos Ferreira apresentou a importância desta entrega, dizendo que a moeda deveria representar os valores desta governança, **o respeito, a responsabilidade, e o compromisso do bem-viver** com todos os povos

indígenas. Ele explicou que o programa REM criou a moeda da governança e que ela seria entregue para todos seus membros. Quem está recebendo esta moeda também deve assumir estes valores de responsabilidade e respeito com todos os povos no estado de MT. Ao receber a moeda, Crisanto mencionou que ela simboliza a presença dos povos indígenas dentro da estrutura do estado. Dilma agradeceu a coordenação em nome das mulheres presentes e destacou que como mulheres e lideranças tem uma responsabilidade de acompanhar este projeto. O programa está ajudando muitas comunidades e por isso ela fica muito agradecida. Os outros colegas da governança (Quadro 2) também receberam as suas moedas e, no último dia da 7ª reunião de governança, receberam os seus certificados.

Tabela 2: Membros da Governança que receberam a moeda

Instituições/Regional	Represen. Titular	Representante Suplente
FEPOIMT	Crisanto Rudzö Tseremy'wá	Kulumaka Matipu
TAKINÁ	Alessandra Alves Arruda	Dilma Maria Mani Indígena
Regional Kaiapó Norte	Eliel Jorge Rondon Terena	Ruan Saw Apiak
Regional Noroeste	Angelton Souza da Silva	Jaime Zehamy Rikbaktsa
Regional Cerrado Pantanal	Tereza Cristina Kezonazokero	Iranildes Rodrigues Mandical
Regional Vale do Guaporé	Roselino Parava Ramos	Wamen Kalapalo Negarotê
Regional Xingu	Ianukulá Kaiabi Suia	Amairé Kaiabi Suia
Regional Médio Araguaia	Cleidson Imaarawyí Tapirapé	Arawyi Tapirapé
Regional Xavante	Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremeywa	Pio Tsimhoropupu Butsé
Coordenação Geral do Programa REM MT	Ligia Nara Vendramin	Fernando Sampaio
Coordenação Subprograma TI	Marcos Antônio Camargo Ferreira	Maria Paula de Freitas Vanucci
Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (CMCR)	Suely da Costa Campos	Luiz Francisco Tegon de Pinho
FUNBIO	Dante Coopi Novaes	João Ferraz Fernandes Mello
FUNAI	Mauro Cecchin Meirelles	Marcos Mesquita Damasceno
GIZ	Renata Oliveira Costa	Alicia Spengler

Depois da entrega das moedas foi feito uma foto oficial.



Painel de Informes: Encontro de Mulheres

O informe sobre o Encontro de Mulheres Indígenas foi relatado pela Dilma Maria Mani, Amairé Kaiabi Suiá, Tereza Cristina Keronazokero, Iranildes Rodrigues Mandicai e Wamen Kalapalo Negarotê – mulheres que participaram no II Encontro de Mulheres Indígenas que aconteceu em junho 2022. A apresentação foi feita em falas destas 4 mulheres.

A Tereza começou o informe, enfatizando a importância deste encontro para a participação de mulheres nos espaços de tomada de decisão no estado Mato Grosso. Mencionou que mais de 300 mulheres de todo Mato Grosso participaram deste encontro e descreveu a reunião como um momento único e importante. Compartilhou que no encontro as mulheres trocaram as suas experiências e que foi um momento valioso com muito intercâmbio de conhecimento. As mulheres perceberam que a luta é única, mesmo com diferentes demandas de povos diferentes, elas são mulheres, e elas são indígenas. Tereza destacou que as mulheres são a base e que no ponto vista dela, a assembleia foi um chamamento, uma acordar das mulheres – para andarem lado ao lado, para ocuparem o seu espaço, para serem protagonistas, mesmo com demandas diferenciadas. **A assembleia teve como objetivo a criação da FEPOIMT Mulher**, isso foi discutido e foi colocado em prática. Falou que é um sonho ter este espaço de mulheres na FEPOIMT, mas é um sonho verdadeiro. Querem apoio para fortalecer o departamento, para reconhecê-las, para que seja visto o departamento, porque as mulheres não estão lutando para defesa dos seus direitos, mas de todos (homens e mulheres), e todos os 43 povos de Mato Grosso. Por isso ela destacou a importância de reconhecer o departamento, que significa falar com a raiz, com a base. As mulheres já têm mais condição, ocupam mais espaços, mas ainda não tem autonomia, tem dependências. Por isso, ela falou, que é importante se unir, a diversidade une e vira uma força que não se vence. Mencionou que

existem desencontros e controvérsias para serem resolvidos, que precisam ter mais representantes nos espaços políticos e que a moeda recebida fez passar um sonho, pois é um compromisso muito grande que está sendo assumido. Finalizou destacando mais uma vez que o encontro das mulheres acontecido em junho de 2022 foi muito importante na decisão para as mulheres e com as mulheres do estado de Mato Grosso e encerrou a sua fala com um canto.

Depois houve a fala da Dilma, apresentando as suas impressões sobre o Encontro de Mulheres Indígenas. Agradeceu a oportunidade de estar aqui, participando nesta reunião de governança, colocou o seu pedido. Falou que o Encontro de Mulheres Indígenas aconteceu na sua aldeia, Aldeia Tatuí, e o evento foi um debate muito grande – onde cada mulher, cada regional, cada povo veio respeitando uma a outra e o seu tempo. Enfatizou que não foram todas que tiveram a coragem de chegar e falar, e que no momento que elas se unem, uma passa as forças, as energias, a coragem e o apoio para outra e que elas sabem que todas precisam desse apoio, e com eventos como este encontro elas vão aprendendo. Destacou que teve uma sessão sobre a violência contra as mulheres indígenas, e que as mulheres tendo o espaço para se reunir, e, também, a TAKINA ter o espaço na governança é preciso para que elas possam colocar o que sentem. Apontou que o Encontro de Mulheres teve o objetivo da criação do departamento de mulheres na FEPOIMT, que ele seja criado e registrado e que isso de fato aconteceu, numa decisão democrática. Continuou ressaltando que não é toda vez que as mulheres se encontram, mas que isso é necessário para aprender como colocar as falas em prática. Na base tem muitos jovens e é importante ensinar a eles para continuarem a sua luta, e continuarem a defender a terra e tirar alimentos da terra. Ela destacou que para isso acontecer, **a TAKINA precisa deste apoio dentro da FEPOIMT, e o apoio dos parceiros.** E por isso, ela finalizou, foi muito importante ter esta reunião de mais de 300 mulheres indígenas.

A Amairé Kaiabi Suiá, Coordenadora de Campo da ATIX Mulher (MMTIX – Movimento de Mulheres da Terra Indígena Xingu), continuou falando que na regional do Xingu, antigamente as mulheres não participavam das políticas do território, organizações culturais e na educação, que cuidavam mais da família e da alimentação. Isso tem mudado dentro dos territórios e este movimento já começou com as suas tias, avós e as mães. O movimento MMTIX, recentemente tem participado mais nos debates e nos espaços de tomada de decisão. Mesmo assim elas acharam que era importante se organizar mais, e que foi necessário trazer mais mulheres, para também fazer mais organizações nas comunidades. Ela destacou a importância de ter representantes lideranças femininas na governança dos povos e que na sua região tem uma assembleia geral das mulheres desde 2019 e elas acharam importante criar uma coordenação de mulheres dentro da Associação (ATIX). Durante a participação

da primeira reunião do REM, elas apoiaram bastante as ideias, e sugestões de trabalhar em cima de preocupações sobre os territórios, com os seus direitos. E de lá vieram muitas propostas, que elas estão vendo que hoje estão sendo apoiadas. Ressaltou que na segunda assembleia das mulheres indígenas de MT, as mulheres MMTIX queriam participar e também apoiar a organização porque viram a importância de criar este departamento Mulher dentro da FEPOIMT. Mencionou que ela era uma das mulheres escolhida para fazer a revisão do regimento interno e que **nos próximos passos será importante atender as demandas das mulheres, pela FEPOIMT.** O REM está apoiando bastante estas questões de sustentabilidade no território, o projeto emergencial ajudou bastante para que a ATIX possa trabalhar em cima de proteção das comunidades e famílias durante a pandemia. E na segunda chamada as mulheres fizeram um projeto local, somente para as mulheres, então é uma oportunidade, o apoio vem para fortalecer mesmo a participação das mulheres. Primeiro o diálogo com os homens sobre questão da participação das mulheres foi difícil, mas foi importante para que as mulheres também possam apoiar o trabalho dos homens e hoje existe um diálogo constante. Ela finalizou enfatizando a importância do departamento de mulheres dentro da FEPOIMT, e a importância de que as mulheres e suas associações dentro do estado MT se apoiem umas às outras.

Iranildes destacou que na época que o REM iniciou, tinha mais representação dos homens, e não das mulheres. Por isso as mulheres se sentaram e pensaram sobre as razões por que não tem a representatividade das mulheres, mesmo tendo um conhecimento do meio ambiente, da biodiversidade. Em cima destas questões surgiu a primeira assembleia das mulheres. Depois veio a pandemia e de novo surgiram dúvidas sobre como a participação das mulheres vai ser feito, como vai chegar na base. Mencionou que assim surgiu a proposta de uma segunda assembleia, que foi colocada em prática e dentro desta proposta também vieram as conversas sobre o Departamento de Mulheres dentro da FEPOIMT. Finalizou, enfatizando que desde o início elas estão andando juntos com a SEMA, e parceiros, que isto é o que queriam e pediram com a criação do subprograma e do REM em geral.

A última fala sobre o Encontro das Mulheres foi feita pela Wamen. Falou que na sua região as mulheres falam, mas que fora do território já fica difícil. Destacou que existe muito preconceito entre eles, e que o marido tem que permitir que elas estejam aqui. Mas elas estão aqui para somar forças e para lutar pelos seus futuros. Ressaltou a importância de falar com a base e que melhorias são necessárias nas questões de saúde e de educação e que elas vão continuar a lutar para ter diálogo dentro dos espaços políticos.

Finalizaram as suas apresentações compartilhando com a governança, que o **próximo Encontro das Mulheres vai acontecer no Território Indígena Xingu.**

Informes da FEPOIMT

A Eliane Rodrigues de Lima, assessora da diretoria da FEPOIMT apresentou os informes da FEPOIMT de maneira geral. Começou comentando sobre o **Encontro de Mulheres Indígenas**. Ela destacou que o Departamento das Mulheres quer contribuir nas políticas públicas para as mulheres e que o REM pode apoiar. Continuou agradecendo todos os parceiros pelo apoio. Desejou que agora este departamento traga muitas discussões, para que elas possam assumir um papel nos projetos de sustentabilidade e para que as mulheres indígenas se sintam contempladas.

Continuou com **informes relacionados ao REM**, dizendo que a FEPOIMT tem acompanhado os projetos emergenciais, e as discussões acontecendo em relação a eles. Mencionou que eles ficaram felizes com os resultados dos editais e que também aconteceu uma reunião com o FUNBIO sobre as “regras do jogo”. Mencionou as discussões sobre a segunda fase do fortalecimento da FEPOIMT, o projeto da FEPOIMT já foi protocolado, agora eles estão aguardando a análise da Coordenação do Subprograma TI. Que estão ansiosos, porque é desse projeto que vai sair recurso para a Assembleia da FEPOIMT. Ela reforçou que a organização da assembleia vai precisar de muito mais apoio e que eles já querem avisar os parceiros. A organização da assembleia já vai começar agora, depois da assembleia da COIAB.

Em relação aos **outros projetos**, ela mencionou que a FEPOIMT está envolvida no projeto Direitos e Recursos Indígenas da Amazônia (AIRR). Mencionou que no mês passado já aconteceu o primeiro seminário. Explicou que também vai ter um curso e na outra parte do projeto, que alguns povos participam, eles já entram em uma fase final das Associações que serão beneficiadas. No total são 10 Associações que estão sendo beneficiados.

Além disso, a FEPOIMT está na discussão em relação ao LEAF Coalition, a partir de um contrato realizado com a FAS (Fundação Amazônia Sustentável) com recursos da Janela B do GCF Task Force (Governors' Climate & Forests Task Force) para a discussão sobre Salvaguardas Socioambientais dentro do padrão Art-Trees (Architecture for REDD+ Transactions – The REDD+ Environmental Excellence Standard). A proposta é de fazer uma oficina com os indígenas de MT para falar sobre o tema no mês de setembro de 2022.

Ela continuou destacando que além de todos os esforços já mencionados, a FEPOIMT também entrou em uma nova fase ao ser uma organização escolhida pelo BID (Banco Interamericano de

Desenvolvimento) como instituição que faz diferença para a América Latina. Ressaltou que é uma grande honra para eles ter um reconhecimento de uma organização como esta, e que isto pode ajudar outras organizações e financiadores a olharem para a FEPOIMT e saberem que vale a pena investir na Federação. Também tem outros parceiros como Fundo Casa, com um projeto que vai iniciar em novembro e com a SESAI. Enfatizou que eles estão buscando parceiros que tem a ver com sua missão, a sustentabilidade de povos indígenas em Mato Grosso. Complementou a sua fala com umas palavras sobre a participação na Missão de Monitoramento do KfW. Foi um processo receptivo, a FEPOIMT deu indicações. Mesmo com as demoras durante a execução do plano emergencial, eles estão vendo que tem tido resultados. Eles acompanharam a execução na base, ouvindo o que foi feito e o que é preciso. Finalizou mencionando a necessidade de conversar sobre a segunda fase, que eles estão ansiosos para falar sobre isso, e que essa será uma fase para colocar muita coisa em prática dentro da FEPOIMT.

Soilo Urupe Chue, destacou que os assessores da FEPOIMT estão em contato com todas as sete regionais e que é um prazer estar aqui com as lideranças da governança, mas também junto com os parceiros. Ele mencionou a atividade da FEPOIMT em relação ao Observa-MT, um observatório socioambiental do estado Mato Grosso. O observatório é composto por uma rede de instituições (ICV, FORMAD, OPAN, Uma Gota no Oceano) e a FEPOIMT é uma delas. Desde o início a FEPOIMT está vendo como eles podem elaborar e publicar dados e fiscalizar as ações socioambientais aqui no estado de MT, alinhado com os objetivos do Observa-MT. Dentro disso, a FEPOIMT está em contato e mobilizaram as lideranças dentro dos territórios. Também trabalham juntos com outras instituições, como o ICV, a OPAN e Uma Gota no Oceano. Mais recentemente eles estão tratando a questão do Pantanal – em relação à liberação de áreas no Pantanal para a Produção, eles estão vendo quais são os seus direitos socioambientais, direito de vida. Enfatizou que eles estão aí para trazer a realidade de acordo como ela é, e não só olhar nos dados que são impostos e que estão entrando em contato com as regiões afetadas. Finalizou convidando a todos para estarem atentos nos boletins informativos, que eles são mensagens que podem ser enviados tanto para a governança, quanto para as escolas e as conselheiras nos pontos focais.

Crisanto complementou os informes da FEPOIMT, dizendo que por causa da pandemia muitas atividades tiveram que parar. Mas ele mencionou que tem alguns projetos que estão acontecendo, entre eles:

- A FEPOIMT está convidada para o início da construção do LEAF, que é um dos resultados da visibilidade das atuações da Federação;
- A estruturação organizacional da FEPOIMT, incluindo a captação de recursos;

- Incidência política internacional, que significa que a FEPOIMT foi convidada pela COIAB para falar no Parlamento Europeu na França e Bruxelas sobre a falta de um mecanismo adequado da rastreabilidade de commodities e a lei europeia anti-desmatamento.

Ele também apontou que o REM é uma mostra que os povos indígenas em Mato Grosso podem se desenvolver na sua forma e que isso foi uma coisa que eles querem levar para o outro lado do mundo. Finalizou, enfatizando que a FEPOIMT sempre apoiou a questão de gênero, assim como a participação da juventude, assim como a criação do Departamento de Mulheres dentro da Federação. Concluindo os informes da FEPOIMT, Lucio Wa Ame Terona destacou a importância das mulheres no estado de Mato Grosso e que o departamento das Mulheres dentro da FEPOIMT tem que ser fortalecido.

Informes: Missão de Monitoramento do KfW

Houve uma rodada de falas de pessoas presentes na Missão de Monitoramento do KfW, em Cuiabá e nas visitas de Campo. Fernando Sampaio começou descrevendo a intenção da Missão de Monitoramento, mencionando que ela acontece todo ano, mas nos últimos anos, por causa da pandemia aconteceu online. Agora foi a primeira vez desde o início da pandemia, que a missão aconteceu presencialmente. Destacou que a Missão de Monitoramento teve como objetivo acompanhar mais de perto o que está acontecendo no programa REM, quais são os desafios, o que está funcionando, e onde ainda tem espaço para melhorar. Na etapa em Cuiabá, aconteceram reuniões com o governo do estado e com representantes dos beneficiários. A reunião com o governo foi muito importante para entender se o estado continua comprometendo-se com combate de desmatamento e que isso está na agenda da secretaria e do governo do estado. Continuou falando sobre o investimento que o REM fez com sistema de satélite para detectar o desmatamento assim que ele acontece, para melhorar a eficiência no combate de desmatamento. Enfatizou que estas ações foram apresentadas e, apesar do desmatamento não ter reduzido da forma que a gente queria, o entendimento foi que sem as ações do REM, poderia ser muito pior.

Fernando destacou que aconteceram as reuniões com a FEPOIMT e representantes das associações que estão executando os projetos do Plano Emergencial e seus beneficiários. Foram mostradas as ações do subprograma, para destacar como está sendo executado, como o recurso tem sido utilizado até agora e quanto do recurso ainda não foi desembolsado, mas que já está reservado para os projetos da próxima chamada. A programação inicial do REM era de finalizar no final deste ano 2022, o que não poderá ser cumprido, porque ainda tem muita coisa pra fazer, mas a ideia da coordenação, principalmente da Ligia, é ter uma certeza, uma ideia muito clara do que vai acontecer depois de 2022.

Além disso, ele mencionou a gestão do programa, ressaltando a necessidade de achar soluções para os problemas operacionais que surgiram. Ele enfatizou que estão sendo tratadas, as demandas da FEPOIMT e outras organizações para se ter processos operacionais com menos burocracia, por exemplo. A coordenação do REM junto com FUNBIO, e a Consultoria Internacional (GOPA) está entrando em um outro processo para ver onde precisa de melhoria para ter mais agilidade na operacionalização e que estas melhorias sejam implementadas. Finalizou resumindo a sua fala sobre os principais pontos das discussões durante a Missão de Monitoramento em Cuiabá, sendo eles:

- **As ações do governo em relação ao combate do desmatamento e**
- **A gestão do programa com dificuldades na operacionalização e as melhorias que serão implementadas.**

Ele adicionou que também houve falas sobre a **segunda fase do REM** e que o governo da Alemanha já tem reservado recursos para uma continuação do REM MT, e que será necessário fazer uma nova proposta. A ideia da coordenação é criar esta proposta da segunda fase do REM, incluindo todos os subprogramas, até o fim do ano de 2022.

Depois da fala do Fernando, a Renata (GIZ) fez um resumo de alguns pontos que foram discutidos na missão para que eles possam entender o que seja necessário fazer como os próximos passos e como a governança pode apoiar e auxiliar o REM a cumprir com as especificações.

Um destes tópicos, que é super importante é a questão das **salvaguardas socioambientais**. É necessário mostrar como as salvaguardas estão sendo cumpridas, não só para o estado, mas também para a sociedade civil e para o financiador. Como a governança pode apoiar e orientar a Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+ e como este tópico de salvaguardas socioambientais tem que ser tratado na governança. Ela explicou que isso significa estabelecer um bom mecanismo de monitoramento para mostrar como é que estes projetos estão executados na base, quais são os impactos positivos, negativos sobre as comunidades. Este monitoramento, principalmente um monitoramento participativo, tem que ser discutido e apoiado da governança do subprograma TI. O espaço da governança é o espaço para falar sobre como a governança pode apoiar. Enfatizou mais uma vez que o tópico de salvaguardas socioambientais foi algo que surgiu durante a Missão de Monitoramento e como todo recurso já está na base, com os projetos, é essencial entender o que está acontecendo lá, e como isso impacta na manutenção da floresta em pé.

Marcos complementou, mencionando que a Missão de Monitoramento foi muito rápida, que os doadores vieram para ver o REM como um todo, não somente as ações do Subprograma Territórios

Indígenas. Entretanto, os doadores consideram o subprograma TI muito importante. Continuou explicando como foi escolhida a aldeia para a visita de campo durante a Missão de Monitoramento. Explicou que o KfW queria ver os beneficiários, e os locais aonde chegam os benefícios e que eles escolheram Alta Floresta como ponto de partida para visitar iniciativas de todos os subprogramas. Nesta época aumentaram os casos de COVID-19, por isso foi contratado um médico para consultar todos os visitantes da aldeia para que a visita pudesse ser legalizada, autorizada pela FUNAI e mantida em um nível muito alto de segurança. Tudo isso foi um processo muito corrido.

O representante da regional Norte Kayapó, Eliel Rondon, falou sobre a visita de campo, na aldeia Cururuzinho da Terra Indígena Kaiabi. Ele destacou que a visita foi importante para ter uma visão de como estão sendo trabalhados os programas naquela regional. Eliel foi o único representante da FEPOIMT e da governança nesta visita. Ele apontou que durante a visita, apresentaram quais foram os andamentos, e como estava executada a segunda etapa. Na verdade, o lugar não é fácil para chegar, então foi um lugar complicado para fazer o monitoramento, mas ele enfatizou que a visão dos doadores foi bastante completa, que eles ficaram felizes com o que foi apresentado do trabalho. Falou que mostraram para os doadores os benefícios que foram feitos na aldeia, como a internet, remédios comprados para os Kaiabi e verem a presença do programa em toda a aldeia.

Marcos ressaltou que no site do REM pode ser encontrado uma matéria sobre a visita, acessando o youtube tem um vídeo, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=brZpNGskLD8>



Figura 1: Painel gráfico visualizando destaques das sessões de manhã do primeiro dia da reunião de governança.

Avanços dos Projetos Emergenciais – Aglutinadoras

Nesta sessão foram relatados pelas aglutinadoras sobre os avanços, resultados, desafios e lições aprendidas na execução dos Projetos Emergenciais.

Relato do ICV:

O representante do ICV atualizou os participantes da governança sobre os dos Projetos Emergenciais de Enfrentamento à Covid 19. O ICV é aglutinador das regionais Cerrado Pantanal, Vale do Guaporé e Noroeste. [NOME] apresentou diferentes gráficos (Anexo 3) mostrando a percentagem de execução de projetos de cada região.

- Na regional **Cerrado Pantanal** são 8 projetos locais e dois repasses para organizações indígenas. Atualmente eles estão aguardando a 3ª parcela nesta região. Ele explicou que alguns projetos já estão 100 % executados, eles sendo dois projetos com o povo Bakairi, na Terra Indígena Bakairi e Santana e um projeto com povo Guató. Ele indicou que as associações indígenas estão executando alguns desses projetos.

- Na regional **Vale do Guaporé** são 9 projetos locais, com 2 repasses para organizações indígenas. Neste momento eles estão executando a 3ª parcela. Nesta região tem um projeto com o povo Chiquitano e um projeto com o povo Nambikwara já 100 % executado. O projeto na Terra Indígena Pirineus de Souza com o povo Nambikwara é prevista para ser executado na terceira parcela. Inicialmente foi planejado ter 3 repasses para organizações indígenas, porém o ponto focal da regional decidiu que seria melhor ter o ICV fazendo essa execução. Este caminho foi seguido para evitar atrasos.
- Na regional **Noroeste**, são 14 projetos locais, com 10 repasses para organizações indígenas. Atualmente eles estão aguardando a 3ª parcela nesta região. Ainda não tem nenhum projeto 100 % executado.

Relato do Instituto Raoni

Na apresentação do aglutinador Instituto Raoni, foram apresentados pelo Beptuk Metuktire. Ele compartilhou que tinha dificuldades em relação a soberania alimentar, materiais de casa etc. Destacou que o recurso veio para fortalecer e facilitar estas questões e garantir a sobrevivência e alimentação. O Instituto Raoni foi escolhido para trabalhar com 8 povos indígenas, em 13 municípios, no total impactando 3.383 indígenas. Apresentou que o objetivo geral dos projetos era a realização de “ações emergenciais para enfrentamento da Covid-19, através do fortalecimento da medicina tradicional, promoção da soberania alimentar e a garantia de proteção contra o coronavírus dos povos indígenas do norte do MT” (Anexo 4). Enfatizou que desde o início, os povos indígenas do norte do MT contemplados, foram comunicados de como usar este recurso dos planos emergenciais. Cada povo teve o compromisso de entender o que eles querem fazer com este recurso, e no final os povos decidiram os pontos priorizados para onde os recursos foram. As linhas de ações dos diferentes povos, foram escolhidas da seguinte forma:

- **Segurança alimentar:** Terena, Yudjá, Panará, Kayabi, Apiaká, Trumai e Tapayuna
- **Saúde Comunitária:** Kayabi, Apiaka, Kayapó

Continuou explicando que os recursos utilizados pelas aglutinadas, com destaque da percentagem da parcela repassada para as associações locais e a percentagem do gasto da primeira e segunda parcela (Detalhes no Anexo 4). O recurso total é R\$ 842.901,30. Ele apontou que alguns povos pediram ajuda do Instituto Raoni (Kayapó, Trumai Tapayuna, Yudjá), enquanto outros povos executaram com as suas próprias associações (Panará – lakiô; Terena – CUFAIN; Apiaká – Sawara; Kayabi - Kawaip).

Destacou que a comunicação entre o Instituto Raoni e os povos beneficiados está sendo boa. Eles sempre estão conversando e o Instituto está acompanhando a execução dos projetos locais. Também mencionou que aconteceu a visita na aldeia Kururuzinho em junho 2022, como parte da Missão de Monitoramento, com o KfW, Governo do Reino Unido, GIZ, a Coordenação do Programa REM/Subprograma TI, Coordenador Indígena do Projeto e Coordenadora do Projeto da Regional Norte Kayapó (Aglutinadora – Instituto Raoni).

Depois ele mostrou fotos dos projetos e compartilhou os desafios, como sendo a gestão das aglutinadas e a solicitação em mudanças das atividades, a gestão dos recursos e o acompanhamento em campo. Ao mesmo tempo, viram oportunidades, das experiências na gestão de projetos comunitários e no fortalecimento institucional das comunidades. Foram estabelecidas Parcerias com outras associações indígenas e no segundo período do projeto, a comunicação foi fortalecida.

Eliel complementou que os projetos ajudaram a fortalecer as associações nas comunidades, e hoje dá para ver que o recurso está chegando na base, e que não só as associações foram fortalecidas, mas também as comunidades. Luiz destacou a importância de garantir a chegada dos projetos e do recurso nas bases.

Relato da ATIX

Ianukulá Kaiabi Suia da ATIX apresentou o trabalho dos projetos na regional Xingu. Explicou que uma das primeiras coisas que a ATIX fez quando recebeu o recurso, foi priorizar a transparência de projetos, para tirar dúvidas, questionamentos e críticas. Destacou que a ATIX colocou uma planilha com o máximo de informações possível para a facilitação do entendimento dos projetos. A ATIX apoiou 13 projetos com os povos Matipu, Nafukuá, Trumai, Aweti, Yawalapiti, Mehinako, Yudjá, Kisêdje, Ikpeng, Waurá, Kuikuro, Kalapalo e Kawaiwete. Explicou que eles tiveram muitas discussões sobre a divisão do recurso e decidiram fazer a distribuição por percentual da população de cada povo indígena do Xingu. Apresentou as linhas temáticas: a saúde comunitária e segurança/soberania alimentar. O valor total dos projetos é R\$ 1.145.499,96 e até agora 67 % de total já foi executado (R\$ 770.870,25). Seguiu apresentando fotos de alguns povos recebendo os materiais. Destacou que muitos projetos do REM na área do Xingu estão ligados às mulheres.

Amairé Kaiabi Suia complementou que teve articulações com os povos indígenas da região sobre o plano emergencial para ver as necessidades dos povos. Mencionou que eles já tinham planejado 20 % do recurso para atividades das mulheres. No final, quase 100 % das atividades eram com mulheres. Ela deu alguns detalhes sobre os projetos e ressaltou que a maior parte das comunidades direcionou o recurso para a criação das galinhas.

A apresentação da TNC foi transferida para o dia seguinte, em função de sua ausência.

Aditivos e previsão de finalização dos Projetos Emergenciais

O FUNBIO fez uma complementação sobre a previsão de encerramento dos projetos das aglutinadoras. A apresentação foi feita pelo Dante Novaes, que começou explicando que o FUNBIO é o gestor financeiro e operacional do REM e implementa as atividades do REM. Mencionou que o processo da implementação com as aglutinadoras foi um processo intenso, que não existia assim antes, mas que eles ficaram bem felizes com os resultados. Destacou que em total são 4 organizações aglutinadoras (ICV, TNC, ATIX, Instituto Raoni), 75 projetos locais em andamento, 42 povos apoiados, 69 Terras Indígenas e territórios beneficiados e 38 organizações de base envolvidas. Ele fez uma visão geral sobre o encerramento dos projetos de cada regional, e sobre os valores desembolsados ou a serem desembolsados. (Detalhes na apresentação no Anexo 8).

Depois destas apresentações houve uma rodada de perguntas sobre as apresentações e os planos emergenciais em geral. Angelton Souza Silva comentou sobre a implementação dos planos emergenciais, dizendo que teve muita dificuldade durante a pandemia e que ele queria parabenizar os parentes. Mencionou que na sua regional (Noroeste), também tiveram problemas com a primeira instituição aglutinadora, o Instituto Xaraiés, mas que depois seguiram o contrato com o ICV. Percebeu que juntando todas as regionais é difícil e que muitos não foram contemplados no edital. **Enfatizou que na segunda etapa é importante olhar para os povos que não foram contemplados.** Acrescentou que projetos pequenos já podem ter um grande impacto na questão da sustentabilidade para o povo. Apelou que todos tem que ser conscientes e questionar o recurso para a próxima fase e destinar o recurso para quem somente ficou com um projeto dentro do plano emergencial, para possibilitar uma continuidade. Apontou que na base tinha muitas Associações com dificuldades para acessar o edital por causa das questões técnicas – muitas vezes não existe uma capacidade de ajudar com todas as questões técnicas. Ressaltou que o REM não veio para destacar, mas para dar uma continuidade e garantir uma sustentabilidade.

Eliel complementou a fala do Angelton dizendo que nos formulários da chamada de projetos já foi possível ver os defeitos e que pequenas associações não teriam condições de acessar os recursos da chamada. Apelou para a necessidade de simplificar o processo. Mencionou que isso já foi um problema no processo de consulta e que o defeito não foi reparado.

Lucio relatou que acompanhou a execução do plano de emergência na região de Xavante e compartilhou que era muito difícil por causa da pandemia. Reforçou que a execução na região de Xavante corresponde ao que foi apresentado. Enfatizou que eles têm uma responsabilidade como representantes do início ao fim. **Apelou que cada um tem que conhecer sua responsabilidade, seu papel, e assumir esta responsabilidade para que o recurso possa chegar na ponta.**

Eliane acrescentou que o edital foi um processo muito burocrático, mas que a governança tinha aprovado o processo, e, sem questionar, e depois foi levado para base, onde eles perceberam as dificuldades. A governança tem que olhar e resolver a questão da documentação. Ela mencionou que a FEPOIMT fez o máximo para integrar as associações de base, mas atender associações pequenas com menos de 2 anos de experiência é muito difícil para o mecanismo financeiro do REM. Ela enfatizou que se a governança quer uma mudança tem que ser eles que devem propor a mudança, isso significa **prestando atenção nos documentos e se preparando enquanto associação.** Também destacou que para uma continuação dos projetos, um trabalho de convencimento terá que acontecer. Isto traz uma **necessidade de análise,** de colher dados e construir argumentos.

Caroline Delgado da FUNAI, levantou dúvidas em relação à avaliação dos resultados. Falou que acompanhou mais o trabalho do ICV, mas que seria interessante saber mais sobre a avaliação dos resultados para ver se teve mesmo um fortalecimento na base.

Dante respondeu as falas anteriores concordando que a burocracia é um grande problema e que eles estão olhando para melhorar isso. Destacou que mais um problema é a falta de prática de escrever e gerenciar os projetos. Falou que o mais importante é achar um equilíbrio – o REM e os financiadores têm que atacar estes problemas juntos.



Figura 2: Painel gráfico visualizando destaques das sessões de tarde do primeiro dia da Reunião de Governança.

Encerramento e Encaminhamentos do dia

No primeiro dia foram acordados os seguintes encaminhamentos/sugestões:

1. **Que na 2ª etapa do ‘REM’ devem ser promovidas as ações que apoiem comunidades não contempladas nas chamadas 001 e 002**
2. **Que sejam mostrados os resultados dos projetos financiados**

Foi mencionado o ‘MEL’ (Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem) – um instrumento de avaliação dos projetos utilizado desde o início. Tem visitas de campo previstas para melhorar atuações que não foram bem realizadas até este momento. Isto ainda não foi feito por causa da execução do plano emergencial. Parte desta avaliação também é o monitoramento participativo, que incluirá uma fase de monitoramento, avaliação e lições aprendidas. Magaly (CI-GOPA) explicou que os novos projetos já vão ter este monitoramento participativo. Também explicou que vai ter mais umas informações sobre este processo de monitoramento ainda durante a reunião de governança.

3. **Que transmissão de filmagens ‘ao vivo’ da reunião devem ser evitadas**

3.2. Segundo dia

O segundo dia começou com um curto resumo do dia anterior, feito pelo facilitador gráfico Fernando, explicando os painéis do primeiro dia.

Assuntos Administrativos e Prestação de Contas da 6ª Reunião de Governança

A discussão dos assuntos administrativos e prestação de Contas da 6ª Reunião de Governança foi o primeiro tópico do segundo dia – uma sessão que foi guiada pela Josana. A Josana enfatizou a importância de prestação de contas e que ela está preocupada principalmente com a questão do combustível e pediu para os participantes da governança ter mais consciência com a questão de prestação de contas.

Seguiu uma discussão com as dúvidas dos participantes sobre a prestação de contas. Angelton Souza Silva apontou que quando compra combustível, muitas vezes é difícil receber uma nota fiscal e sugeriu que seja registrado e informado o contato do posto, para que ele fique com a responsabilidade de repassar a nota fiscal. Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa complementou a fala do Angelton, dizendo que cada um tem a sua realidade e tem posto que não deixa fazer o pagamento e a emissão de uma nota fiscal.

Glauca Drielly respondeu sugerindo o **uso de um cartão combustível**, que eles também estão usando nos outros subprogramas. Assim, o próprio posto faz a nota fiscal e isso facilita a administração. Mauro Meirelles da FUNAI comentou que pode ter dificuldades com o cartão de combustível na hora de desbloqueamento do cartão, mas enfatizou que mesmo assim, a cartão ainda é a melhor opção.

O Crisanto, comentou que a Josana esteja atenta para a realidade de cada município e sensibilizou que um grande problema é o racismo e a discriminação que os povos enfrentam também nos postos de combustível, como na sua região. Destacou que as leis não atendem a realidade dos territórios, que o estado brasileiro e o sistema financeira não está preparado para lidar com a diversidade dos povos. Além disso, ele enfatizou que o recurso é destinado para os povos e que a coordenação do programa apenas administra ele.

Roselino Parava Ramos comentou sobre a sua realidade, na regional Vale do Guaporé. Ele apontou que as lideranças nos territórios têm que achar uma solução que funciona bem para a Josana, mas que, no mesmo tempo, eles estão contemplados numa forma de qualidade. Mencionou que não é sempre possível ter um posto cadastrado, e que nem sempre vai chegar a nota fiscal. Também fica difícil pegar a nota diretamente nas saídas, isso gera complicações para as lideranças porque às vezes

são outras pessoas que vão abastecer e não trazem a nota fiscal para as lideranças. Reforçou que uma solução tem que atender as duas partes interessadas nesta situação.

Dante Novaes do FUNBIO contribuiu falando sobre as diárias, que estão valendo a partir da atividade de deslocamento, isso conta o tempo de viagem que o sistema vai calcular. Enfatizou que quando pedem muitas diárias, seria muito importante comprovar que parte disso vai para a compra de combustível. Isso geralmente não é o caso. Por isso sugeriu tirar o preço do combustível da diária se não tiver a nota fiscal, para deixar pelo menos as diárias para as outras atividades. Além disso, sugeriu começar a planejar já mais cedo, começando logo para a próxima reunião de governança. Josana acrescentou que não tem como justificar dar 16 diárias para um evento de 3 dias. Enfatizou a importância da reflexão sobre esse tópico e que ela está aberta para sugestões.

Marcos Ferreira, Coordenador do Subprograma TI REM MT, esclareceu que os recursos do REM estão sendo utilizados pelos povos indígenas, mas que é o estado quem recebe o pagamento dos doadores. Junto com isso vem o compromisso da repartição de benefícios, obrigatoriamente com os povos indígenas. Mas destacou que o dinheiro é dinheiro público, por isso a SEMA vai passar por auditoria sempre. Vai ter muitos eventos e muito trabalho para frente e por isso uma elaboração de uma orientação sobre a questão de prestação de contas seja importante, para que ninguém fique com dúvida.

Como encaminhamentos ou sugestões desta sessão ficaram:

- **Que seja considerada a ideia do cartão de combustível**
- **Que talvez seja criado um grupo de trabalho (tripartite) que se tratar deste tópico**

Leitura e proposta de revisão do Regimento Interno

Em reuniões de governança anteriores foi articulado o desejo de revisar e atualizar o Regimento Interno. Por isso, nesta 7ª reunião de governança, foi integrado uma sessão para identificar uma forma de ler e revisar o Regimento Interno. A proposta foi criar um Grupo de Trabalho (GT) que se responsabilize em fazer esta análise, e na próxima reunião traga propostas de alteração.

A Renata Costa da GIZ lembrou aos participantes a importância de ele estar atualizado. É importante para entender quais são os papéis dos participantes da governança indígena, quem pode apoiar, quem pode decidir, quais são as responsabilidades de cada membro etc. Na 5ª e 6ª reunião os membros apontaram para adaptar, olhar para o regimento. Apontou que a proposta da coordenação é não usar o tempo aqui na governança, mas fazer a leitura e criar um GT que faça esta revisão de meio termo.

Então, o grupo de trabalho servirá para orientar a tomada de decisões sobre o Regimento Interno. Em resposta a Ianukalu Kayabi Suia sobre a possibilidade de um registro de sugestões e alterações, Renata destacou que não tem registro e por isso seria bom fazer esta leitura para entender o que é que está incomodando a governança.

Marcos Ferreira complementou a resposta trazendo alguns pontos iniciais, que devem ser olhados e potencialmente alterados, eles sendo:

- No Regimento Interno diz que a SAI deveria ser a Coordenação do Subprograma TI, mas na verdade tem sido a SEMA;
- SAI está convidada, mas não participa nas reuniões de governança;
- Seria interessante aumentar o número de representantes na governança, para aumentar a capilaridade.

Ele ressaltou que vale a pena dar uma olhada no Regimento Interno, porque a governança é dinâmica e por isso o regimento também tem que se adaptar e se alinhar com as ações da governança.

A Wamen Kalapalo Negarotê complementou que sempre tem membros da governança que não participam das reuniões, mas que ainda recebem recurso para isso. Tem que ser revisto por causa disso também.

Crisanto reforçou que também tem novos membros na governança e que até para eles é importante fazer a leitura. A Magaly sugeriu fazer a leitura na reunião para ter destaques de alterações, e o grupo vai sair sabendo onde precisa de revisão, mas a revisão mesmo fica com o grupo de trabalho. A Renata acrescentou que seria bom fazer a leitura todos e todas juntos, cada um olhando na sua cópia e comentando quando quiser destacar uma parte para alterar.

No final foi decidido fazer a leitura na hora, destacando partes que devem ser revisadas pelo GT de Regimento Interno. A Renata fez a leitura, anotando os destaques da revisão com a ajuda da moderação. Foram feitos os seguintes destaques:

Tabela 3: Destaque da Leitura do Regimento Interno

Capítulo	Artigo	Letra/Paragrafo	Nome	Comentário
II	Art. 2º	Letra A	Marcos Ferreira	Revisão da letra A inteira
		Letra C	Renata Costa	Revisão da parte “Sendo um titular e uma suplente”
		Letra F	Crisanto Rudzo	Revisão da letra F inteira
	Art. 4º	§ 1º	Marcos Ferreira	Revisão do parágrafo inteiro
	Art. 5º		Marcos Ferreira Crisanto Rudzo	Revisão do artigo inteiro
III	Art. 6º		Marcos Ferreira	Revisão do artigo inteiro
		§ 1º	Dante Novaes	Revisão do parágrafo inteiro

		§ 4º	Marcos Ferreira	Revisão do parágrafo inteiro
		§ 9º	Carolina Carvalho	Revisão do parágrafo inteiro
		§ 11º	Mauro Meirelles	Revisão do parágrafo inteiro
		§ 12º	Dante Novaes	Revisão do parágrafo inteiro
		§ 13º	Angelton Souza Silva (Regional Noroeste)	Esclarecimento sobre o paragrafo
	Art. 8º		Renata Costa Dante Novaes	Revisão da redação do parágrafo e conteúdo geral
		Parágrafo único	Crisanto Rudzo Eliel Rondon Angelton Souza Silva	Revisão do parágrafo inteiro
V	Art. 12		Mauro Meirelles	

Além disso foi pedido como encaminhamento geral da Carolina Carvalho da FUNAI, fazer uma revisão sobre a parte de ‘atribuições’ no regimento.

Depois foi escolhido um comitê revisor, na metodologia de um grupo de trabalho, com as seguintes perguntas: **Quantas** pessoas? **Quando** eles vão se encontrar? **Onde** eles vão se encontrar? **Quem** vai fazer parte?

A ideia era também ter a participação de não indígenas para um apoio, participantes que conhecem a história da governança, que entendam as necessidades de mudanças e pessoas que tenham uma linguagem do jurídico mais próxima.

Primeiro foi discutido a questão de ‘quem’. Uma ideia era incluir uma liderança de cada regional, porém, foi identificado o problema de acessibilidade quando incluir lideranças de todas as regiões. Também houve a preocupação do risco de abandonar uma regional caso não tenha uma liderança de cada regional participando. Esta preocupação foi rapidamente resolvida, porque foi decidido que o GT será composto por aqueles que sugeriram alterações e que vai trazer as sugestões para a próxima reunião de governança.

Em cima desta discussão e dos pré-requisitos definidos, foram escolhidos os seguintes participantes do **Comitê Revisor**:

- Renata Costa – GIZ
- Marcos Ferreira – SEMA
- Eliane Rodrigues de Lima – FEPOIMT
- Crisanto Rudzo – FEPOIMT
- Angelton Souza da Silva – Regional Noroeste
- Dante Novaes – Funbio
- Eliel Rondon – Regional Norte Kayapó
- Caroline Carvalho – FUNAI

- Magaly Medeiros – GOPA (foi decidido incluir no Comitê Revisor a Consultoria Internacional na sessão final da reunião)

Foi decidido estabelecer o prazo de **3 meses** para finalizar a revisão do Regimento Interno, e que 2 reuniões devem ser suficientes para a finalização da revisão. Também foi decidido que:

- A primeira reunião vai acontecer **virtual**, a segunda **presencial**;
- A **primeira reunião acontecerá em agosto**;
- A data da segunda reunião será decidida na primeira reunião.

Implementação das Brigadas Indígenas

A apresentação sobre a implementação das brigadas indígenas foi relatada pela Cleide Arruda, diretora do Instituto Kurâdomôdo. Em relação ao projeto Brigadas Indígenas, ela apresentou a estruturação do projeto, a seleção e capacitação das brigadas, a escala de serviço e a remuneração. As brigadas indígenas dentro deste programa são do povo Xavante, se chama BRIX, e do Povo Boe Bororo, se chama BRIB. Em relação a capacitação e estruturação, ela explicou que tem 3 Brigadas Indígenas nos Territórios Indígenas Parabubure, Merure, e Pimentel Barbosa. Mencionou que tiveram apoio da FEPOIMT e que eles estão fazendo o trabalho fora das terras indígenas, porque tiveram dificuldades com a aprovação da FUNAI.

Apresentou como os brigadistas estão sendo selecionados (detalhes na apresentação Anexo 15), e que, depois da seleção, segue um curso de brigadista florestal para os indígenas. Destacou que tiveram 30 indígenas por território indígena capacitado e selecionaram 14 brigadistas contratados. Depois ela mostrou a remuneração (Anexo 15), dependendo da função específica do brigadista. Apresentou o Cronograma dos Treinamentos das Brigadas de Incêndios Florestais 2022, explicando que foi modificado várias vezes. Inicialmente a ideia era ter iniciado em março, abril – mas isso não foi possível. Eles fizeram as capacitações em fazendas perto dos territórios. Manifestou que a autorização da FUNAI seria muito importante para fazer o trabalho mais na base. Enfatizou que também teve a participação de mulheres – no povo Boe Bororo talvez seja uma mulher que será chefe.

Ela se aprofundou um pouco mais no tema da não autorização da FUNAI, destacando que gerou muitos problemas. Causou um atraso na execução do projeto,

A não-autorização da FUNAI gerou muitos problemas, entre eles:

- Atraso na execução do projeto;
- Retrabalho de programação/agenda;
- Aumento dos custos para executar o projeto;

- Desgaste desnecessário dos indígenas candidatos a brigadistas;
- Não foram realizadas as queimas prescritas/manejo integrado do fogo nas terras indígenas com assistência técnica neste ano;
- A assistência técnica às Brigadas será realizada fora dos TI.

Acrescentou que além da não autorização da FUNAI também surgiram os problemas da:

- Inflação acumulada de 10% desde a aprovação do projeto em 2021;
- Pouca adesão à seleção de brigadistas → 20 na TI Merure para 30 vagas no curso.

Depois da apresentação da Cleide, o Mauro Meirelles da FUNAI explicou que no projeto tinha alguns problemas com parâmetros técnicos e que até agora não receberam um posicionamento deles. Cleide respondeu que foi solicitada uma reestruturação do projeto. Apelou que houvesse mais diálogo, mas também seria necessário deixar um pouco as questões teóricas. Enfatizou que se fosse possível, seria bom ter uma continuação deste projeto. Ainda falta parte da execução que tem a ver com o manejo do fogo.

Caroline Carvalho da FUNAI mencionou que na 4ª reunião de governança eles falaram bastante sobre os incêndios florestais, tinha muitas preocupações e eles pensaram como o REM poderia apoiar esta questão. Também teve conversas sobre a questão do IBAMA e da FUNAI com a centralização em Brasília. Mencionou que seria complicado personalizar os problemas em uma colega. Explicou que esta colega, faz este trabalho sozinha porque não tem outras pessoas disponíveis. Destacou que tem perigo de morte, principalmente sem o material necessário – isto é um dos principais temas com que a FUNAI se preocupou. Acrescentou que seria necessário ter algo descrito, construir um plano com bombeiro, ONGs, associações indígenas, que podem encaixar dentro do REM em respeito a este tópico.

Mauro complementou a fala da Carolina, dizendo que muito trabalho está ficando com uma pessoa agora dentro da FUNAI. Ele pediu paciência e persistência, com os problemas que não foram resolvidos até agora, mas que eles estão dispostos a conversar e abertos para continuar caminhando juntos.

Crisanto apontou que quando tem interesse do governo a aprovação da FUNAI sempre vai rápido. Eles sabem onde a FUNAI autoriza a entrada de certas atividades. Ele pediu ajuda, destacando que a solicitação e o debate não faltam, somente falta a aprovação. Angelton reforçou a fala do Crisanto, dizendo que geralmente tem preocupações sobre a falta do recurso e por isso não tem aprovação,

mas neste caso a atividade já tem um recurso garantido. Destacou que fica discordante entre os povos indígenas porque ainda não tem uma autorização. Quando é algo em favor do governo atual, coisas estão acontecendo, quando não, fica tudo parado. Apontou que tem problemas técnicos dentro da FUNAI, mas que os povos precisam de uma agilidade da FUNAI porque sem o apoio deles será mais difícil manter a floresta em pé.

Dante levou a questão de como a governança pode tomar uma decisão sobre este tema. Repetiu o que aconteceu, dizendo que o projeto foi protocolado, a FUNAI não autorizou os projetos por causa de problemas técnicos. Precisa de uma nova análise. Destacou que seja importante entender quais foram os problemas.

Iranildes Rodrigues Mandicai fez um relato sobre a sua perspectiva no seu território. Explicou que em 2011 começaram com brigadas voluntárias e desenvolveram um projeto entre 2011-2012. Isto não foi fácil, eles tiveram uma parceria um IBAMA. Destacou que ele é a chefe da brigada geral. Agora em 2022 eles estão num processo de programa no fim. Mas isso foi um trabalho muito grande e ela convidou os participantes da governança para ir para a sua aldeia para conhecer.

Mauro destacou que a comunicação entre o REM e a FUNAI tem sido difícil. Enfatizou que os problemas não podem ser personalizados – a profissional da FUNAI está fazendo tudo que pode. Não é má vontade da FUNAI, mas tem limites e a FUNAI não é o único problema, eles não podem ser responsabilizados por tudo.

Soilo Urupe Chue trouxe na conversa a urgência deste tópico da brigadas indígenas, destacando que independente de quem sejam os responsáveis do atraso, são os povos indígenas que estão prejudicados. Ressaltou que seria necessário colocar o foco neste tópico dos incêndios, porque os incêndios já estão avançados aqui no estado de MT e muitas das suas roças foram queimadas e até hoje não estão recuperados.

Carol explicou que quem pode autorizar o projeto é o presidente da FUNAI, mas isso não é o problema. Cursos e outras atividades que estão acontecendo não precisam de autorização, mas a questão das brigadas é outra, pois é uma questão técnica. A partir das avaliações técnicas, tem a preocupação da vida. Explicou por isso está sendo difícil porque se acontecer alguma coisa, levantará a questão de quem é o responsável.

Crisanto finalizou a discussão sobre as brigadas indígenas, pedindo ajuda da FUNAI. Enfatizou a importância de fazer as capacitações etc. nos territórios indígenas, porque eles têm que estar na

situação real. Pediu para os representantes da FUNAI anotarem esta mensagem e passar para os responsáveis na FUNAI.

Apresentação da Estratégia do PCI

A apresentação da estratégia PCI foi feita pelo Fernando Sampaio, Diretor da Estratégia PCI e Coordenador Adjunto do Programa REM MT. Começou a sua apresentação explicando que seu objetivo é lembrar que é a estratégia PCI e, o que tem o REM a ver com isso e para também pensar em jeitos de criar uma agenda positiva. Começou com a questão “o que é a PCI?”. Explicou que a estratégia PCI do estado Mato Grosso foi apresentada a primeira vez no COP21 em Paris em 2015. O estado de Mato Grosso estabeleceu a estratégia PCI para ter uma visão longo prazo para o estado. Os 3 eixos da estratégia – Produzir, Conservar e Incluir – indicam onde o estado de Mato Grosso quer chegar. “**Produzir**” significa uma produção sem desmatar mais e achar jeitos de melhorar a produção ao invés de continuar destruindo. Neste sentido, “**Conservar**” significa manter ativos ambientais, florestas, no Cerrado, no Pantanal e na Amazônia. Ele explicou que a ideia é conseguir manter o que ainda tem. O eixo da “**Inclusão**” significa a incluir a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e os povos indígenas na produção, conservação e na tomada de decisões. Em resumo, a estratégia tem como objetivo desenvolver, enquanto reduz as emissões e o desmatamento. Destacou que a PCI nasceu como uma grande parceria e que a estratégia traz a ideia de “trabalhar todo mundo junto”. Para isso é necessário colocar todas as partes interessadas em uma mesa (sociedade civil, beneficiário, empresas etc.), para definir metas de uma **visão compartilhada**. Ele explicou que é importante começar a definir quais são as ações, o que precisa para acabar com o desmatamento, implementar e melhorar uma agricultura sustentável. Já teve avanços no controle de desmatamento, mas é necessário monitorar ainda mais os avanços da PCI. A implementação da estratégia PCI é uma **combinação de ações privadas, públicas** e investimento necessários para implementar as ações.

Em relação aos investimentos, destacou a importância de entender quanto dinheiro o estado de MT precisa para apoiar a visão compartilhada e a estratégia em geral. Explicou que os recursos vêm de diferentes fontes. O estado de Mato Grosso mesmo libera dinheiro para isso, mas dinheiro também vem da cooperação internacional, crédito rural, investimentos privados, e pode vir do novo mercado de finanças de carbono. Enfatizou que uma série de instrumentos podem ajudar a criar este fluxo de dinheiro. Continuou explicando um pouco mais sobre a estrutura da PCI:

- **Comitê estadual da estratégia PCI:** Responsável pela implementação da estratégia.
- **Instituto PCI:** Ajuda a implementação da estratégia PCI e a articulação da governança público-privado. Também é responsável para a captação e gestão de recursos.

- **Carbono neutro:** PCI serve como instrumento para a entrega da descarbonização

Falando sobre a construção de uma **agenda positiva**, explicou que já existia a intenção de trazer os povos indígenas para a mesa. O processo de consulta na criação do subprograma Territórios Indígenas REM MT e a governança indígena do subprograma, traz uma possibilidade real para criar uma agenda juntos. Sugeriu alguns pontos para a criação de uma agenda positiva:

- Desenvolvimento de uma **meta específica para os povos indígenas:** A ideia é criar uma ou mais metas que atendam especificamente as necessidades dos povos indígenas no estado. Esta(s) meta(s) deve(m) ser criada(s) junto com os povos indígenas.
- **Definição de uma agenda de ações prioritárias:** Desenvolver quais são as ações prioritárias, sendo políticas públicas que podem ser envolvidas, projetos ou ações nos territórios que devem acontecer etc. Fernando enfatizou que isso ajuda a levar os temas para dentro do governo. Isto também é uma construção que pode ser feito juntos, para identificar as prioridades em uma melhor forma.
- **Participação na governança – estadual e regional:** As PCIs regionais estão em um processo de desenvolvimento. A ideia é criar uma governança local, que também inclui os povos indígenas da região. Explicou que é importante entender quem são os povos que estão presentes nesta região, quais são as cadeias mais importantes na região, quais são os desafios da região. A ideia é não só aumentar a participação dos povos indígenas na governança estadual da PCI, mas também dentro das PCI regionais.
- **Conexão com investimentos:** O estado está desenvolvendo um projeto com o banco mundial. Os beneficiários deste dinheiro emprestado do banco mundial vão para a Agricultura Familiar, mas também tem indígenas dentro da Agricultura Familiar. Lembrou que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) reconheceu a FEPOIMT como uma instituição importante na América Latina.
- **Conexão com empresas:** Já existe uma série de empresas que participam na PCI. Estas empresas têm compromisso com a conservação do meio ambiente. Sugeriu que seria interessante mapear as empresas que tem a ver com a PCI, também para incluir os projetos indígenas.
- **Construção de um portfólio de projetos indígenas:** A possibilidade de criar um portfólio de projetos indígenas para parcerias.
- **Monitoramento nos territórios:** A PCI quer melhorar o monitoramento das suas metas que está sendo feito hoje. O escopo do monitoramento pode ser ampliado e várias instituições que já trabalham com monitoramento podem ajudar com isso.

- **Comunicação:** O objetivo da comunicação é levar mensagem dos povos indígenas para as reuniões, também fora do Brasil no COP etc. Enfatizou que a comunicação é fundamental para atingir as metas de conservação e inclusão da estratégia PCI. A comunicação pode ser usada para reforçar os temas que interessam a todo mundo.

Explicou que já existe uma estrutura de apoio para iniciar a construção dessa agenda positiva, com parceiros como a GIZ, o ICV, e o TNC. Ressaltou que também podem aproveitar tudo o que o REM já fez, sendo a consulta, a estrutura de governança e os projetos.

Eliane mencionou que o diálogo com a PCI já existe há mais de 5 anos e que a FEPOIMT já pediu várias vezes para criar uma agenda positiva assim junto com o PCI. Enfatizou que se tivesse sido construído em conjunto, as coisas poderiam estar um pouco mais avançadas. Lembrou que a FEPOIMT e os representantes que estão aqui estão dispostos a construir juntos e que ela está chocada porque isso ainda não aconteceu. Finalizou dizendo que mais conversas seriam necessárias e perguntou por que não tiveram mais conversas juntos, antes.

Fernando respondeu que ele queria deixar claro que não fala em nome do governo de estado, e que ele entende que o governo tem tido problemas com o diálogo com os povos indígenas. A estratégia PCI pode começar a ajudar com isso. Os povos podem definir prioridades, e que eles querem ajudar para entregar estas prioridades e necessidade mais para dentro do governo. Ele explicou que o que foi apresentado neste dia não era nada feito, mas é só o começo de uma construção. Hoje tem a chance de através da cooperação da GIZ começar esta construção.

Lucio Wa Ame Terona perguntou quais são as cidades que tem uma estratégia do PCI regional. Fernando respondeu que o mapa (apresentação Anexo 12) apresenta as cidades que tem hoje. O PCI está trabalhando junto com a GIZ para entender melhor como as estratégias PCI regional estão funcionando, e como será a conexão entre PCI estadual e regional. O objetivo é ter uma representatividade maior dos indígenas.

André Matsubara da TNC perguntou: Já que a PCI é uma política ambiental, teria a possibilidade de se integrar com outras políticas públicas. Ele queria entender melhor como está o diálogo com outras políticas ambientais, a comunicação entre a PCI e outra secretaria. Reforçou que a TNC já trabalha com cadeias sustentáveis e que eles têm um interesse de trazer para cá e começar um diálogo.

Fernando respondeu que a estratégia PCI orienta as ações do estado, significando que as metas do plano de controle de desmatamento e do plano de estado para a agricultura familiar estão alinhadas

com a PCI. Explicou que a estratégia PCI tem uma guarda-chuva de ações do estado dentro dela e que o estado coloca em prática várias políticas públicas para ajudar com a PCI. Em relação às cadeias de socio biodiversidade, ele mencionou que seria interessante fazer um mapeamento das cadeias de valor e começar a explorar as oportunidades em relação a isso. O papel da PCI é trazer a TNC e outros parceiros para ampliar estas oportunidades.

Angelton enfatizou a importância do monitoramento das nascentes de água e perguntou como as nascentes fora dos territórios podem ser monitoradas. Apontou que o monitoramento das nascentes de água que está faltando muitas vezes e não está sendo discutido tanto. Acrescentou que mesmo que a estratégia PCI ainda esteja muito no início, tem que ter a participação direta com quem se vai trabalhar. Isso significa ter a participação dos povos indígenas nas discussões e na troca de ideias. Questionou como está sendo feito o PCI regional, se está sendo participativo e envolvendo as comunidades nas áreas das estratégias PCI regionais.

Fernando respondeu que dentro da PCI tem a vontade de trazer os indígenas para participar e definir juntos o que precisa acontecer. Uma ideia, ligada ao que havia sido mencionado por Angelton sobre as nascentes de água, é a possibilidade de fazer um monitoramento dos rios. Tem uma série de instituições que podem ajudar com este tipo de monitoramento.

Crisanto apelou à PCI para ter uma conversa com a FEPOIMT. Enfatizou que a FEPOIMT está apoiando a estratégia, e que ela é uma entidade jurídica, mas muitas vezes está sendo tratada como um ator e não como instituição jurídica. Destacou a importância de eles fazerem parte do processo e se puderem contribuir, eles irão contribuir.

Fernando respondeu que ele entende perfeitamente o que o Crisanto e a Eliane estão falando e por isso quis falar mais neste espaço sobre a PCI para também trazer a oportunidade da conversa. Repetiu que a apresentação foram apenas ideias que surgiram, mas nada já decidido. A apresentação é o começo da conversa, que também a cooperação com a GIZ pode ajudar.

Kulumaka Matipu apontou que é interessante discutir e falar mais sobre a estratégia também para que eles possam ver como conectar com outros tópicos, como a PNGATI ou a Convenção 169. Sugeriu ter um debate com a estratégia PCI junto também no âmbito da política de PNGATI e apelou não perder esta chance de ter mais diálogo.

Renata Costa trouxe uma reflexão sobre o papel da GIZ, dizendo que a GIZ fez um acordo com a SEMA em relação à PCI com o grande compromisso de melhorar a estratégia para de fato acontecer o eixo 'Incluir'. Destacou que sempre teve a pontuação que é preciso estar mais próximos nos povos

indígenas. Sugeriu pensar em como os participantes da governança podem aproveitar os ambientes de diálogo, da governança participativa, que foram construídas a partir do processo de consulta. Destacou que tem as vozes locais no ambiente da governança, a FEPOIMT, a FEPOIMT Mulher, ATIX, MMTIX, TAKINA, Associações Xavante etc. Enfatizou que a GIZ tem o interesse de aproveitar este ambiente e pensar em “o que” pode ser feito para criar uma meta indígena da PCI. Apelou que a GIZ quer a ajuda dos povos indígenas para eles passarem a se enxergar na PCI. Isso é um dos grandes objetivos da GIZ nesses próximos anos, para que seja um “I” real, de verdade e não só para levar para COP. Magaly Medeiros propôs ter como encaminhamento **abrir o diálogo com a FEPOIMT** e, além disso, **criar um documento que expresse mais o que seria PCI em uma linguagem mais simples** para melhorar o entendimento sobre a estratégia PCI na base.

Ianukulá levantou a questão da complexidade desse assunto da estratégia e perguntou se a FEPOIMT entende bem o que é a estratégia para que a FEPOIMT possa levar isso para base com mais clareza. Propôs ter como encaminhamento: **Aceita a participação na PCI, mas criar espaços exclusivos para melhor o entendimento sobre a PCI e para preparação.**

Fernando reforçou que é necessário entender as prioridades dos povos e que a PCI quer construir juntos com eles. Ele enfatizou que está à disposição para a conversa e que podem marcar algo com ele.

Além disso, a Gina da GIZ trouxe como encaminhamento a ideia da **construção de uma oficina para os povos indígenas para um melhor entendimento da estratégia PCI e sobre o eixo “Incluir”.**

Como encaminhamento principal foi decidido ter uma primeira reunião entre representantes da FEPOIMT, da PCI, da GIZ e do ICV no dia 15 de agosto em Cuiabá.

Relato da TNC Apresentação

A apresentação da TNC do dia anterior e que havia sido transferida, ocorreu neste momento.

O André Matsubara da TNC fez a atualização dos avanços dos projetos emergenciais executados pela aglutinadora TNC, apresentando os primeiros passos, lições aprendidas e desafios. A TNC foi convidada pela FEPOIMT para ser aglutinadora dos projetos emergências do REM nas regionais Médio Araguaia e Xavante. O objetivo geral era garantir a segurança alimentar, mas também muito mais além disso. Explicou que a segurança alimentar é a fundação para uma discussão sobre a gestão ambiental. Começou a apresentar os avanços dos projetos na regional Xavante, tendo a segurança alimentar como objetivo geral, enquanto também fortalecendo as organizações indígenas e a gestão territorial

indígena. Explicou que isto envolve não somente a doação de ferramentas, sementes etc., mas também a capacitação de agente indígenas ambientais. Mostrou as ações executadas e resultados obtidos, como a execução de um seminário, a aquisição e entrega de kits de roça, a seleção e contratação de 26 Agentes Indígenas Xavantes (AIX), a entrega de ferramentas e sementes para mais de 300 aldeias, parceria com a FUNAI e duas oficinas de formação dos Agentes Indígenas, e mais.

Destacou que tiveram um grande desafio, a logística enorme de comprar e fornecer as ferramentas e sementes etc. Explicou que queriam comprar sementes não híbridas para garantir a segurança alimentar sustentável. Também foi difícil conseguir frete para as terras indígenas, porque o preço do combustível aumentado impactou os valores de frete. Acrescentou que a estrutura de serviços de comunicação está ainda insuficiente. Concluiu a apresentação dos projetos na regional Xavante mencionando os próximos passos, sendo:

- O seminário final do projeto em agosto de 2022
- A execução dos produtos 3 e 4 dos agentes indígenas
- A finalização a execução da MonitorGati nas 9 TIs Xavante
- A participação indígena na inclusão de pautas/políticas públicas, como as PCI regionais e estadual, PNGATI, REDD+

Complementou que a regional Médio Araguaia segue na mesma linha e que é um início de um trabalho de gestão territorial e ambiental. Mencionou que eles não estão somente apoiando roça, mas também horticultura e criação de galinha. Destacou que nestes territórios estão preparando para discutir os PGTAs como ferramenta da PNGATI.

Luiz Tserewatsitsi Tseremey'wa enfatizou que os PGTAs são muito importantes para eles porque através dos PGTAs eles podem ter uma visibilidade. Confirmou a fala do André, destacando as dificuldades que surgiram por causa do aumento do preço do combustível. Ianukulá perguntou como a TNC conseguiu as sementes não transgênicas. André respondeu que foi uma tarefa difícil, um desafio, mas que eles conseguiram. Explicou que existe um programa para a compra de sementes agrícolas para fortalecer a agricultura familiar e tradicional. Entrou em contato com todas as instituições que ainda estavam vendendo este tipo de sementes não transgênicos. No final conseguiram obter as sementes através da organização Agrobio, que faz parte de uma rede maior, que tem o objetivo de apoiar a agricultura familiar. Ianukulá perguntou se eles consideraram a compra das sementes do Rede Sementes Xingu. André explicou que eles não consideraram porque a Rede Sementes Xingu oferece sementes de floresta, mas a TNC precisava de sementes agrícolas.

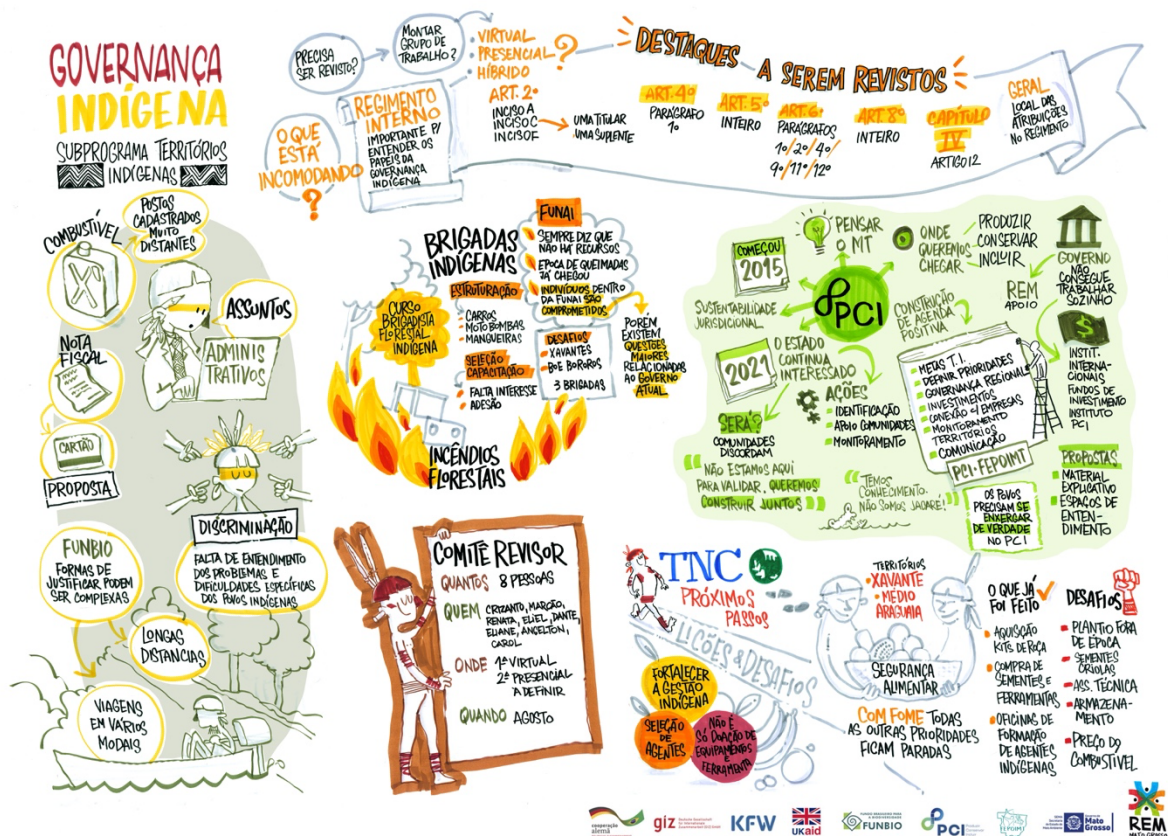


Figura 3: Painel gráfico visualizando destaques das sessões do segundo dia da reunião de governança.

Encaminhamentos do dia

1. Comitê revisor do Regimento Interno foi aprovado

Foi decidido ter um prazo de **3 meses** para finalizar a revisão do Regimento Interno, e que 2 reuniões devem ser suficientes para a finalização da revisão. Também foi decidido que:

- A primeira reunião vai acontecer **virtual**, a segunda **presencial**
- A **primeira reunião acontecerá em agosto**
- A data da segunda reunião será decidida na primeira reunião

Lucio da regional Xavante, sugeriu incluir no Regimento Interno a criação do cargo de secretário(a), para poder captar as falas das reuniões, centralizando a comunicação para reforçar o trabalho.

2. Necessidade de buscar solução para a compra e comprovação de combustível

Governança deve buscar conciliação entre as partes que estão envolvidas, sendo compradores, fornecedores, gestores e fiscalizadores. Em relação disso, Marcos apontou que a governança não vai achar soluções, porque isso é o trabalho para Josana mesmo. Renata respondeu que a governança pode dar recomendações e sugestões. Luiz sugeriu ter um grupo de trabalho que lida com este tópico.

3. Superar “entraves” na relação (nos encaminhamentos no projeto relacionadas aos) projetos de Prevenção de Incêndios Florestais com FUNAI, REM

Comunicação entre FUNAI e REM em relação ao tópico da Prevenção de Incêndios Florestais tem que ser melhorada.

4. A governança do subprograma REM TI pode ser espaço para discutir, deliberar sobre as brigadas indígenas no projeto REM

Em relação a esse encaminhamento surgiu uma discussão sobre o papel da governança. Marcos apontou que com o tema das brigadas indígenas o trabalho da governança está limitado e que uma deliberação não pode acontecer dentro da governança. Renata concordou, mas destacou que a governança pode ser um espaço para deliberar de alguns pontos relacionados com as brigadas indígenas, relacionada com REM – um espaço para discutir, e conversar sobre, para depois sugerir. Lucio apontou que os assessores têm um poder deliberativo. Marcos respondeu que a deliberação de uma outra instituição que não está presente não pode acontecer. Mencionou a possibilidade de incluir na Governança agentes do IBAMA que trabalham no PrevFogo. Angelton complementou dizendo que representantes do IBAMA tem que estar presentes nestas discussões, porque eles conhecem a realidade e as dificuldades. Sugeriu fazer uma reunião com a IBAMA. Iranildes suportou esta proposta dizendo que deve ter a construção de um cronograma todos juntos – o IBAMA, SEMA, FEPOIMT. Em cima desta discussão, Crisanto trouxe a proposta de **trocar SESAI e em lugar dela incluir IBAMA, Prevfogo na governança.** Também foi sugerido deixar o **Comitê Revisor do Regimento Interno discutir esta possibilidade.** Além disso foi proposto **encaminhar o processo das brigadas indígenas para representantes da FUNAI na governança para tentarem destravar.**

5. FEPOIMT espera ser convidada para construir junto à PCI

Primeira reunião entre a FEPOIMT, o representante da estratégia PCI, Fernando Sampaio, e a GIZ acontecerá no dia 15 de agosto em Cuiabá.

6. Melhorar a comunicação da PCI com os povos indígenas na base

Pensar em ferramentas que possam facilitar a comunicação da PCI com os povos indígenas na base.

7. Criar espaço para ampliar o entendimento do que é a PCI

Foi anunciado a realização de uma oficina sobre o entendimento da Estratégia PCI, com apoio da GIZ.

3.3. Terceiro dia

Aprovação das Chamadas de Projetos 001 e 002 e próximos passos

O terceiro dia começou com uma apresentação sobre as Chamadas de Projetos 001 e 002, relatada pelo Dante Novaes do FUNBIO. Foram mostrados alguns aspectos gerais das chamadas. Mencionou que no início de julho já teve os resultados dos projetos selecionados. Começou com uma visão dos resultados da chamada 01/2022, sendo os **projetos locais**. Destacou que 16 dos 34 projetos submetidos e avaliados foram aprovados. Em total são R\$ 3.130.077,53 a serem investidos. Nestes 16 projetos são 22 povos indígenas que estão sendo apoiados e 15 Territórios Indígenas beneficiados. Falou sobre as regionais, o principal foco e as linhas temáticas dos projetos aprovados (Detalhes no Anexo 9). Os projetos se concentraram nas seguintes linhas temáticas:

- Mulheres e Equidade de Gênero
- Fortalecimento Sociocultural
- Geração de Trabalho, Renda e Comercialização
- Infraestrutura das Aldeias
- Prevenção e Combate a Incêndio Florestais
- Produção e Coleta para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
- Sustentabilidade e Meio Ambiente
- Vigilância e Monitoramento dos Territórios Indígenas

Mostrou quais regionais entregaram propostas, e quantas destas propostas foram aprovadas. Isso deu uma indicação sobre quais regionais eram mais preparadas para apresentar propostas de projetos locais. Algumas dúvidas surgiram sobre este tópico – Ianukulá Kaiabi Suia perguntou por que algumas regionais não entregaram nenhuma proposta. Marcos Ferreira comentou que algumas regionais receberam mais apoio de outras instituições e por isso conseguiram entregar mais projetos do que outras regionais. Eliane complementou que a FEPOIMT acompanhou o processo da preparação de projetos no regional Médio Araguaia, e apontou que as associações locais não tiveram tempo para fazer propostas para projetos locais. Por isso, foi uma escolha da própria regional, não concorrer com projeto. Ela também comentou a apresentação do Dante, destacando que para uma primeira experiência eles estavam muito felizes com os resultados, mas nas conversas com a base, a FEPOIMT percebeu que tiveram muitas dúvidas sobre as demoras. Marcos comentou que a análise de proposta não é uma coisa simples, que demanda muito tempo para avaliar, e que geralmente são voluntários que fazem esta avaliação. A Eliane sugeriu que **seria interessante que o REM remunerasse as pessoas**

que fazem as avaliações dos projetos, para evitar as demoras na avaliação e para reduzir a pressão vinda da base.

André Matsubara da TNC sugeriu dar algum apoio à base para escrever as propostas do projeto, mas também para entender este tipo de formato. Ele enfatizou que as associações de base não estão prontas, e há territórios sem associações para ajudá-las.

Marcos acrescentou que seria interessante fazer uma manifestação de interesse, como foi feito no Subprograma Agricultura Familiar. Renata comentou que isto poderia funcionar para alguns temas, mas que Agricultura Familiar também está muito conectada com as cadeias de valor e cadeias produtivas e que este procedimento também é mais demorado para chegar no beneficiário local. Ela destacou a importância de pensar o que eles querem – investir nos meios, ou nos fins? Em cima disso, a Magaly sugeriu fazer uma apresentação do que seria uma manifestação na próxima reunião de governança. Angelton complementou a rodada de sugestões, trazendo uma visão local, dizendo que faltam pessoas técnicas na regional dele, e que seria importante mapear o que deu certo durante o processo da preparação de projetos e o que não deu certo, na próxima fase corrigir o que não funcionou.

Dante continuou com sua apresentação dos resultados da Chamada 02/2022 – os projetos estruturantes. Explicou que de 20 projetos submetidos, 2 foram desclassificados e 7 projetos foram aprovados. Os 7 projetos aprovados apoiam 28 povos e 36 territórios. Em total são R\$ 6.933.525,76 a serem investidos.

Deu uma visão geral sobre os projetos selecionados, apresentando o proponente, o foco do projeto e o região-alvo (Anexo 9). Finalizou com uma descrição dos processos para a contratação de projetos selecionados e mencionou que o prazo para o início da execução de projetos é entre 70 a 105 dias.

Houve uma rodada de esclarecimentos, dúvidas e sugestões. Ianukulá destacou que nos planos gerais do Subprograma TI, um dos eixos prioritários era o fortalecimento das organizações indígenas. Dentro disso, ele comentou que seria necessário ter uma preparação e capacitação das organizações e associações indígenas para atender os editais numa forma melhor. Ele também trouxe a experiência dos Editais PPP-Ecos como exemplo, mostrando que depois da aprovação dos projetos, as organizações foram capacitadas para a gestão de projetos, mas também foram convidadas as regionais sem associações ou projetos aprovados para fazer este curso de gestão.

A Caroline da FUNAI pediu para que o Dante do FUNBIO passasse as suas apresentações para as pessoas da governança depois da reunião. Ela destacou que existe uma política pública em relação à energia solar, e que seria importante verificar isso para evitar a execução do mesmo projeto no mesmo lugar. Compartilhou que também observou que existem muitas dúvidas, críticas e falas sobre os

formatos de chamadas de projetos, mas que na hora de mudar ações, todos fazem no mesmo jeito. Sugeriu que sejam vistas as prioridades para depois fazer propostas em relação às críticas levantadas. Dante respondeu que o edital teve uma demanda forte, mas o que houve foi uma falta de tempo para pensar em uma estratégia melhor. Enfatizou a importância de aprender como chegar mais próximo nas organizações e associações na base. As lições aprendidas sobre isso devem ser reunidas e divulgadas para a próxima fase. Expressou que o tempo está sendo o inimigo deste processo.

A Dilma compartilhou que na sua regional também tinha dificuldade, mas que eles pediram ajuda para entrar nestes projetos. Ela destacou que as vezes falta buscar mais informações. A Wamen complementou que na regional Vale do Guaporé faltam pessoas técnicas para fazer a inscrição de projetos, tiveram a maior dificuldade com a inscrição de projetos. A Magaly esclareceu que em relação ao edital, já estava contemplado antes de abril de fazer uma oficina para ajudar com a preparação dos projetos do edital e gestão dos projetos depois da aprovação. Isto não foi possível, e o edital acabou indo a frente. Ela destacou que esta oficina de elaboração e gestão de projetos ainda vai acontecer e que antes, o tempo não foi bem coordenado.

Dante fechou a sessão dizendo que eles aprenderam muito sobre como fazer o edital em uma maneira melhor. Teve uma urgência que não permitiu uma melhor reflexão, mas que o FUNBIO está aberto para inovar e incluir mais aspectos dos povos indígenas.

Monitoramento Participativo

Seguindo a programação, foi apresentado a proposta de Monitoramento Participativo do Subprograma TI REM MT. A Magaly Medeiros explicou que o monitoramento participativo significa um monitoramento feito pelos próprios indígenas e que em breve terão uma seleção de indígenas que vão fazer este tipo de monitoramento.

Apresentou ciclo de gestão de conhecimento do REM-MT, começando com uma matriz lógica, indicando o objetivo, resultado esperado, indicadores, linha de base e metas. Em cima desta matriz lógica, será feito a gestão de dados e o monitoramento. O monitoramento será feito pelos próprios indígenas, acompanhando os indicadores de impacto e metas dos novos projetos. Neste caso será preparado uma nova matriz para os projetos aprovados. Depois segue-se à avaliação do monitoramento e a formulação de reflexões e aprendizados.

Continuou explicando como será a seleção dos monitores indígenas. Vai ser elaborado um formulário que os indígenas selecionados vão usar, além de fazer entrevistas, vídeos e fotos. Será utilizado uma ferramenta que não precise de internet e virá com GPS. Ela explicou que o monitor terá um celular e tablet para facilitar a coleta de dados, e quando chegar num local com internet, as informações e os

dados coletos entram no sistema. Os resultados serão apresentados nas reuniões de governança e periodicamente será preciso fazer relatórios.

Esclareceu que no processo de seleção de 2 (dois) jovens monitores por regional, sendo um deles, uma mulher. Isso acontecerá em algum momento específico, junto com a participação da FEPOIMT. Depois, haverá uma oficina, capacitando os monitores em como trabalhar com o sistema, ferramenta etc. Destacou que terão oficinas com os pontos focais, para intercâmbio e uma troca de experiências.

Depois da apresentação da Magaly surgiram algumas complementações, dúvidas e perguntas. Marcos Ferreira complementou que a questão do monitoramento participativo faz parte do contrato com o doador, que significa que tem que ser feito e não é nada que pode ser negociado. Ao invés de contratar uma pessoa externa, eles acharam melhor deixar os próprios indígenas realizarem este monitoramento.

Magaly esclareceu que existe um recurso especialmente reservado para este tipo de monitoramento e que não é uma questão de fiscalização, mas o objetivo é saber como o recurso está chegando na ponta, como está respeitando a realidade de cada povo. Reforçou que o monitoramento e a avaliação do programa fazem parte do contrato com KfW e para a implementação do monitoramento, a avaliação e as lições aprendidas, também chamado MEL tem recurso disponível. Ianukulá Kayabi Suia perguntou como os monitores vão fazer o monitoramento em campo, na terra indígena? A Magaly respondeu que os monitores vão ser remunerados para o trabalho que vão fazer. Terá um ponto focal e uma comunicação com este ponto focal. Existe recurso disponível para desenvolver esta logística no campo, embora ainda não esteja detalhado, e com os projetos aprovados, vai ser possível um maior detalhamento. Marcos reforçou a importância de ter um ponto de apoio. Angelton ficou com dúvida sobre quem acompanharia os monitores e como será feita a escolha de monitores e sugeriu que se escolha um monitor de cada povo para atender a realidade de cada regional. Magaly explicou que a escolha de monitores será feita em acordo com os projetos aprovados, significando que os monitores selecionados serão dos povos onde acontecem os projetos. Por isso foi necessário saber quais projetos estariam aprovados.

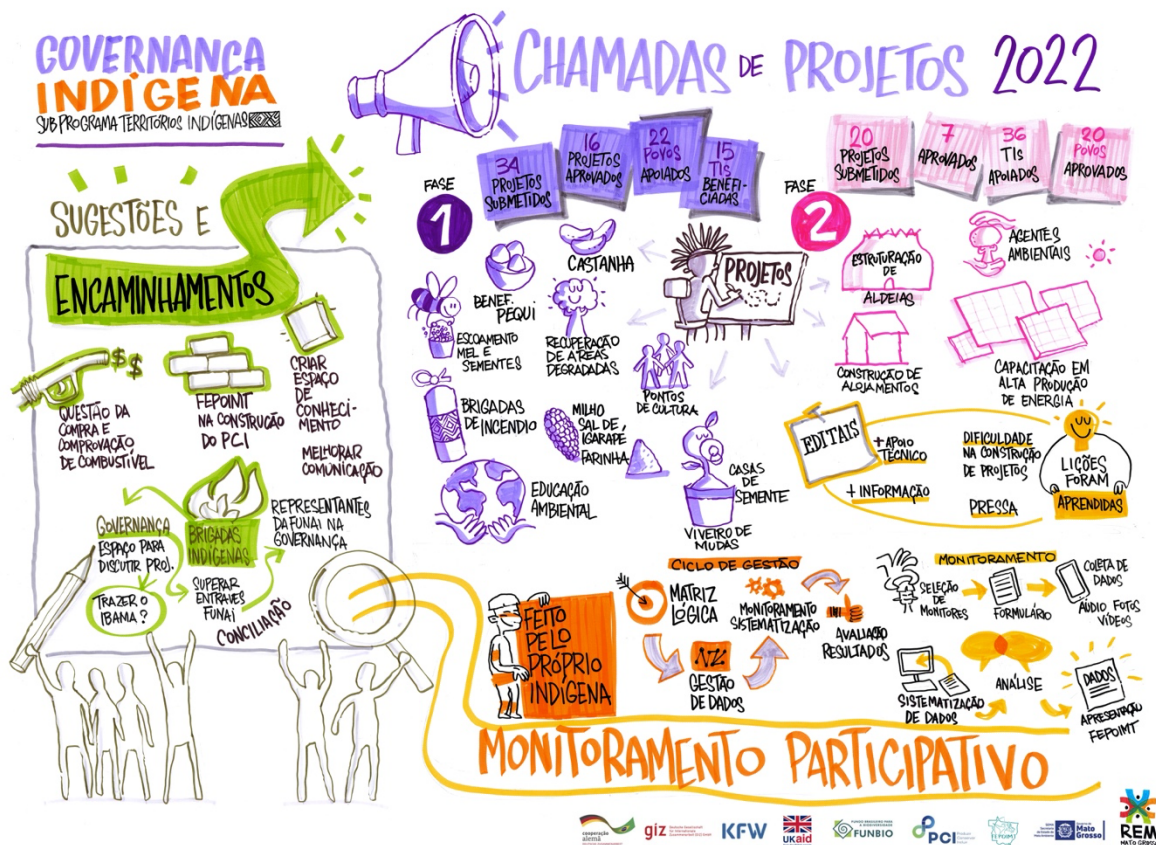


Figura 4: Painel gráfico visualizando destaques das sessões sobre as chamadas de projetos, o monitoramento participativo e a revisão de encaminhamentos no 3o dia da Reunião de Governança.

Projeto FEPOIMT Fase 1 e 2

A FEPOIMT, junto com o ICV fez um curto relato sobre o Projeto FEPOIMT Fase 2. Primeiro, a Eliane apresentou algumas ações da Fase 1, e os produtos que ainda faltaram desta fase. Ela mencionou que na primeira fase teve o plano emergencial, mobilizações da base, e as atividades da governança. Os produtos que ainda faltaram eram:

- **A campanha:** A FEPOIMT colocou um outdoor em alguns lugares na cidade com o objetivo de despertar a curiosidade da sociedade e chamar atenção para a FEPOIMT e os territórios indígenas no Mato Grosso. Ressaltou que eles conseguiram chamar atenção e que estão planejando mais uma campanha.
- **Site da FEPOIMT:** A FEPOIMT está criando um site para a uma aderência digital mais forte. O site já existe, mas atualmente estão fazendo alguns ajustes, arrumando-o e colocando conteúdo. Algum conteúdo já foi colocado e até o fim de agosto já vai representar bem a FEPOIMT.

- **Equipamento e material para os comunicadores:** A FEPOIMT adquiriu equipamento para os 7 comunicadores da FEPOIMT. Os materiais são celulares, microfones e mochilas. Ainda não foram entregues para os comunicadores, porque eles ainda estão em formação. Depois da finalização, a FEPOIMT vai entregar. O curso dos comunicadores acontece fora das ações do REM, porém o REM ajudou com a aquisição deste material.

Soilo complementou, agradecendo a todos envolvidos e falou que depois da campanha publicitária, todos queriam saber quem é a FEPOIMT e que a divulgação dos vídeos curtos foi uma coisa muito positiva. Ianukulá complementou que a comunicação é uma coisa muito importante. A comunicação com a comunidade não indígena é um grande desafio. Destacou que o trabalho de divulgação é muito importante, mas que as organizações indígenas não são equipadas para fazer isso, que eles são muito tímidos ainda. Enfatizou que o trabalho da FEPOIMT tem um impacto grande nessa questão da comunicação e que é muito necessário.

Crisanto acrescentou que o outdoor da campanha tem uma grande importância para eles se comunicarem com um público-alvo que ainda não conhece a FEPOIMT. Ele foi um instrumento para introduzir quem eles são, mas também para mostrar a presença indígena e que eles fazem parte da sociedade mato grossense. Explicou que a execução da campanha tinha demorado, não por causa da administração da FEPOIMT, mas porque eles fizeram uma reflexão sobre o tempo certo da campanha.

Segunda fase de projeto

O projeto proposto voltou e eles tiveram que fazer revisões e alterações. Na semana passada foi tudo protocolado e agora vai para a análise. O projeto está caminhando e eles estão bem ansiosos pelo retorno.

Stephanie do ICV explicou que a fase 2 serve para dar continuidade ao fortalecimento da FEPOIMT, mais em detalhe o amadurecimento da Federação. Nesta fase o ICV não vai fazer a gestão completa, mas parte do recurso para gestão vai para a própria FEPOIMT. Neste momento eles estão aguardando a avaliação da proposta da segunda fase do projeto para depois apresentar mais detalhado.

Eliane ressaltou que a FEPOIMT já apresentou a segunda fase várias vezes, mas o que mudou principalmente é que agora a FEPOIMT e o ICV são co-gestores, ao invés de ICV ser a organização âncora. Explicou que na primeira fase a FEPOIMT focou mais para fora, para acompanhar os territórios, regionais etc. Agora, a segunda fase focará mais para dentro da própria FEPOIMT, com o fortalecimento da estrutura, da parte administrativa, da equipe técnica, e também melhorar a gestão de equipe para criar credibilidade nessa área da gestão.

Reforçou que a FEPOIMT também está buscando outros apoios, porque para a assembleia eles vão precisar um recurso maior do que virá do REM. Explicou que estão correndo atrás de outros recursos, mas isso também tem sido difícil porque tem parceiros que não querem apoiar eventos ainda dentro da pandemia. Enfatizou que eles vão precisar do apoio da GIZ, um apoio jurídico e apoio com relatório.

Angelton sugeriu apresentar novamente o projeto FEPOIMT fase 2 na próxima reunião, embora ele já o tivesse apresentado antes, para mostrá-lo aos novos membros da governança a fim de que eles pudessem entender melhor as atividades da FEPOIMT. Ele também levantou as suas preocupações sobre a assembleia perguntando se ela vai acontecer mesmo sem uma aprovação do projeto da FEPOIMT fase 2. Pediu um esclarecimento sobre isso.

Eliane reafirmou que o valor está garantido, que já tem o recurso, e que só falta demonstrar como será gasto o recurso. Ressaltou que pensaram em alternativas também e que fizeram um planejamento estratégico para que a Assembleia aconteça.

Planejamento (Agenda) das Ações 2022/2023

O planejamento das ações 2022/2023 teve como objetivo alinhar as agendas dos membros da governança. Esta sessão foi conduzida pela Magaly Medeiros da GOPA, que apresentou os principais pontos e tópicos para o resto do ano 2022 e para o ano 2023 para em conjunto achar as datas mais adequadas. Magaly apresentou as principais ações, sendo:

- Seminário de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas
- 8ª Reunião de Governança
- Consultoria Orientações Técnicas e de Assessoramento na Construção de Protocolos
- Oficina para Mulheres
- Consultoria Regularização de Organizações Indígenas de Base
- Consultoria Elaboração e Gestão de Projetos

Destacou que será difícil encaixar todas as atividades no segundo semestre em 2022, porque o segundo semestre do ano haverá o processo eleitoral brasileiro e a assembleia FEPOIMT em outubro, a COP27 no início do mês e a Copa do Mundo fim do mês de novembro. Explicou que seria importante realizar o seminário de Gestão Territorial ainda neste ano, porque este seminário é uma demanda dos povos nas reuniões anteriores de governança. Apresentou a proposta da estrutura do seminário e mencionou que não foi possível realizar no primeiro semestre por causa da contratação das pessoas que vão participar, mas que agora elas já estão contratadas.

Dante Novaes do Funbio perguntou por que seria importante ainda fazer este ano. Magaly respondeu que neste momento já tem a preparação e elaboração da fase 2 e o seminário serve para fazer uma reflexão e visão de construção da fase 2 do subprograma. Se eles transferissem para 2023, perderiam a oportunidade de ter esta reflexão. Eliane sugeriu deixar que o consultor proponha outra metodologia de reflexão, porque não faz sentido marcar o evento para quando não se consegue trazer as pessoas e que isso pode causar a falta da qualidade nas discussões que devem ter.

Depois de uma curta discussão sobre datas possíveis, foi proposto ter o Seminário de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas e a 8ª Reunião de Governança na mesma semana, nas datas entre **28 de novembro e 02 de dezembro**. A data foi votada com os seguintes resultados:

- Regional Vale do Guaporé: Concorda com a data
- Regional Noroeste: Concorda com a data
- Regional Norte Kayapó: Concorda com a data
- Regional Médio Araguaia: Concorda com a data
- Regional Xavante: Abstenção
- Regional Xingu: Concorda com a data
- Regional Cerrado Pantanal: Concorda com a data
- TAKINA: Não concorda com a data
- FEPOIMT (Crisanto): Concorda com a data

Com os resultados da votação foi decidido realizar o Seminário de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas e a 8ª Reunião de Governança entre os dias **28 de novembro e 02 de dezembro 2022**.

Além disso foram decididos os seguintes períodos para os outros eventos:

- Consultoria Orientações Técnicas e de Assessoramento na Construção de Protocolos de Consultas Livres, Prévias e Informadas – CLPI para povos indígenas: Depois do Carnaval 2023
- Oficina para Mulheres: março 2023
- Consultoria Regularização de Organizações Indígenas de Base: Depois do Carnaval 2023
- Consultoria Elaboração e Gestão de Projetos: Depois da Páscoa

A Consultoria para capacitação em Elaboração e Gestão de Projetos vai ajudar na elaboração e na gestão de projetos. O foco deve estar nas organizações e áreas que ainda não conseguiram elaborar projetos.

Também foi comunicado que a execução do projeto FEPOIMT fase 2 deve começar a partir de **outubro**. O Monitoramento Participativo começará em **agosto** e será executado a partir de **dezembro**.

Leitura de Ata 6ª Reunião de Governança e aprovação

A Ata da 6ª reunião de governança foi lida pela Renata Costa, enquanto Magaly Medeiro fazia as alterações diretamente no documento (Anexo 16) e depois a ata foi aprovada por aclamação pela governança indígena. **Como encaminhamento foi sugerido incluir como pauta da próxima reunião a apresentação do MOP Indígena.**

Revisão dos Encaminhamentos e sugestões

Depois do ajustamento da agenda, foram revisados e acordados os seguintes encaminhamentos e sugestões:

Encaminhamentos em relação aos projetos emergenciais e a aprovação das chamadas de projetos 001 e 002

- Promover na 2ª fase do REM, ações que apoiem comunidades não contempladas nas chamadas 001 e 002
- Mostrar os resultados dos projetos financiados → MEL (acrônimo inglês de Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem)
- Remunerar pessoas que avaliam projetos para acelerar o processo de avaliação
- Incluir na “pauta” da próxima reunião de governança: “Manifestação de Interesse”
- Contratar consultoria para apoiar na elaboração de projetos
- Apresentar um resumo financeiro das contas do REM Subprograma Territórios Indígenas
- Apresentar na próxima reunião, o MOP Indígena

Encaminhamentos em relação às reuniões de governança

- Evitar a transmissão de filmagens “ao vivo” das reuniões de Governança!

Encaminhamentos em relação à revisão do Regimento interno

Na leitura do Regimento foram feitos os destaques listados no quadro 3.

Foi criado um *Comitê Revisor* para propor alterações ao Regimento Interno até a próxima reunião de Governança. Na revisão do encaminhamento do Comitê Revisor do Regimento Interno foi sugerido e aprovado a inclusão da GOPA.

O Comitê Revisor do Regimento Interno terá a seguinte composição:

- Angelton Souza da Silva – Regional Noroeste
- Caroline Carvalho – FUNAI
- Crisanto Rudzo – FEPOIMT
- Dante Novaes – Funbio
- Eliane Rodrigues de Lima – FEPOIMT
- Eliel Rondon – Regional Norte Kayapó
- Magaly Medeiros - GOPA
- Marcos Ferreira – SEMA
- Renata Costa – GIZ

Foi decidido ter um prazo de 3 meses para finalizar a revisão do Regimento Interno, e que 2 reuniões devem ser suficientes para a finalização da revisão. Também foi decidido que:

- A primeira reunião vai acontecer virtual, a segunda presencial
- A primeira reunião acontecerá em agosto
- A data da segunda reunião será decidida na primeira reunião

Na 7ª reunião de governança foram sugeridos os seguintes pontos para considerar ou incluir na revisão do Regimento Interno:

- Fortalecimento Organizacional como eixo dos editais;
- Trazer boas experiências de outros projetos;
- Capacitar organizações indígenas na elaboração e gestão de projetos;
- Projetos de energia solar devem dialogar com políticas públicas do setor;
- Deve haver inovação nas modalidades de editais (chamadas de projetos);
- Incluir Prevfogo/IBAMA na governança no lugar da SESAI;
- Criar uma secretaria para a governança.

Encaminhamentos em relação aos assuntos administrativos

- Necessário buscar solução para a compra e comprovação de combustível;

- Governança e FUNBIO devem sugerir conciliação entre partes que estão envolvidas, sendo compradores, fornecedores, gestores e fiscalizadores;
- Também foi sugerido ter um grupo de trabalho que pudesse lidar com este tópico.

Encaminhamentos em relação às brigadas indígenas

- Buscar a superação dos “entraves” com FUNAI e REM nos projetos sobre a Prevenção de Incêndios Florestais: A comunicação entre FUNAI e REM em relação ao tópico da Prevenção de Incêndios Florestais tem que ser melhorada;
- A Governança pode ser espaço para discutir e deliberar sobre o projeto de Brigadas Indígenas/REM;
- Encaminhar o projeto das Brigadas para representantes da FUNAI na governança para tentar “destravá-lo”.

Encaminhamentos em relação à estratégia PCI

- Primeira reunião entre a FEPOIMT, PCI e GIZ acontecerá no dia 15 de agosto em Cuiabá;
- Melhorar a comunicação da PCI com os povos indígenas na base: Pensar em ferramentas que podem facilitar a comunicação da PCI com os povos indígenas na base;
- Criar espaço para ampliar o conhecimento do que é a PCI: Uma oficina sobre o entendimento da PCI, apoiada pela GIZ será planejada.

Encaminhamentos em relação ao monitoramento participativo

- Prever uso de drone no monitoramento;
- Selecionar Monitores de cada povo com projetos aprovados.

Nesta sessão também foi levantada uma pauta extra pelo Marcos Ferreira, sobre o **equipamento solicitado para combater incêndios**. A questão surgiu devido à incerteza sobre como o material adquirido pelo REM deveria ser dividido entre as regionais. Eliane sugeriu que FEPOIMT dividida igualmente entre as sete regionais. Alessandra da TAKINA destacou que na sua região tem material, mas não tem a formação. Crisanto sugeriu identificar o foco dos incêndios para destinar este equipamento de acordo com as áreas com mais forte demanda. Eliel argumentou que não tem capacidade das unidades de atender as demandas, por isso é importante dividir por regional. Soilo complementou que tem pessoas que ainda não estão totalmente preparados, mas conseguem

combater. As pessoas vão combater de todo jeito, é melhor deixá-los fazer isso com material bom. A Carol da FUNAI sugeriu deixar a FEPOIMT fazer uma avaliação sobre as regiões com demanda, formação das pessoas e fazer a divisão em cima dessa avaliação. Ao final **foi aprovado pela governança a proposta de dividir os materiais entre as 7 regionais**. Por fim, é fundamental lembrar que essa aquisição é uma demanda da 5ª Reunião de Governança, para que esses equipamentos, que foram adquiridos e entregues ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato grosso, sejam entregue aos indígenas, após capacitar ou confirmar capacitação para uso correto destes EPI,s.

Encerramento

No final do terceiro dia da Reunião de Governança, Reginato chamou Marcos Ferreira, Fernando Sampaio e Crisanto Rudzö para fazerem a sua manifestação de encerramento. Marcos agradeceu o trabalho feito durante a reunião e pediu uma salva de palmas. Agradeceu especialmente a Josana e destacou que sem ela não teria esta reunião de governança. Fernando complementou a fala do Marcos, agradecendo todos os participantes e parabenizando o trabalho de todos. Crisanto agradeceu ao Fernando pela parceria, agradeceu a Marcos pela medalha dizendo que ela é um símbolo de tudo que eles fizeram deste o início e um símbolo do REM MT Subprograma TI.

Depois, Reginato pediu aos participantes avaliarem os dias da reunião. Para isso ele preparou um painel com colunas demonstrando as emoções 'feliz', 'mais ou menos' e 'péssimo' em forma de emoji's. Os participantes deveriam colocar um X na coluna que represente a avaliação deles.



Figura 5: Painel gráfico visualizando destaques das sessões sobre a agenda de atividades, o projeto FEPOIMT fase 2 e o encerramento da Reunião de Governança.